



Estatísticas da Construção e Habitação da Região Autónoma da Madeira

Ano 2016

ANO DE EDIÇÃO
2017

ESTATÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA

2016



Direção Regional de Estatística da Madeira

“Uma porta aberta para um universo de informação estatística”

Catálogo Recomendado

Estatísticas da Construção e Habitação da Região Autónoma da Madeira. Funchal, 1995

Estatísticas da Construção e Habitação da Região Autónoma da Madeira / Direção Regional de Estatística da Madeira – 2012-Funchal: D.R.E.M., 1995- . – Anual
ISSN 1645-9407
ISBN 978-989-8755-31-5

Diretor Regional

Dr. Paulo Baptista Vieira

Técnicos Responsáveis

Dra. Ângela Gouveia

E-mail: angela.gouveia@ine.pt

Dr. Luís Jesus

E-mail: luis.jesus@ine.pt

Editor:

Direção Regional de Estatística da Madeira
Calçada de Santa Clara 38, 1º
9004-545 Funchal
Telefone: (+351) 291 720 060
Fax: (+351) 291 741 909
E-mail: drem@ine.pt

Impressão:

Direção Regional de Estatística da Madeira

Data de disponibilidade da informação

Agosto 2017

Tiragem: 5 exemplares

Depósito Legal n.º 207873/04

Preço: 4,50 € (Isento de IVA nos termos do nº2 do artº2 do CIVA)

A DREM na Internet

<https://estatistica.madeira.gov.pt/>

NOTA INTRODUTÓRIA

A presente publicação insere-se na série anual das Estatísticas da Construção e Habitação, disponibilizando um vasto conjunto de indicadores sobre a construção e a habitação na Região Autónoma da Madeira.

Da informação agora disponibilizada, destaca-se a divulgação das Estimativas do Parque Habitacional 1991-2016 e, no âmbito do Sistema de Informação de Operações Urbanísticas (SIOU), os indicadores sobre Obras Concluídas e Licenciadas, relativos a 2016.

A informação relativa às Obras Concluídas no período 2015-2016, disponibilizada nesta publicação, é produzida com base em estimativas. Deste modo torna-se possível a comparação direta entre diferentes períodos, anteriormente afetada em virtude fundamentalmente dos atrasos nas respostas dos promotores que, após a conclusão das obras, não solicitam o respetivo alvará de autorização de utilização junto das Câmaras Municipais.

Relativamente às Estimativas do Parque Habitacional é importante referir que se alargou em 2006 o modelo de estimação às tipologias dos fogos e por tipo de edifício, pelo que se dá continuidade à divulgação desta informação.

A informação relativa às Operações sobre Imóveis, proveniente da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, que resulta do aproveitamento do ato administrativo do registo, junto das Conservatórias do Registo Predial, dos contratos de compra e venda de prédios e dos contratos de mútuo com hipoteca voluntária, corresponde a 2015, dado que ainda não se encontra disponível a informação relativa a 2016. A sua atualização será posteriormente efetuada no Portal da DREM, sob a forma de indicadores estatísticos, com desagregação ao nível do município.

Nesta publicação incluem-se os principais resultados do Inquérito Anual às Empresas de Construção de 2015, possibilitando assim uma maior cobertura das estatísticas da Construção e Habitação.

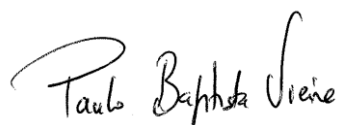
Incluem-se ainda nesta publicação elementos informativos sobre o mercado de habitação, mais concretamente das vendas de alojamentos familiares.

O Inquérito à Caracterização da Habitação Social resulta da colaboração entre o INE/DREM e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e tem como principal objetivo a recolha de informação de base para a caracterização do parque habitacional com vocação social em Portugal, procurando analisar a situação do parque de habitação social, por município. Tendo em conta a realização da última edição (dados de 2015), os resultados são também integrados nesta publicação.

A DREM/INE agradecem reconhecidamente a todos quantos tornaram possível a divulgação desta informação, agradecendo, em especial, a disponibilidade e o envolvimento das Câmaras Municipais da Região na implementação e execução do SIOU na RAM.

Funchal, 31 de agosto de 2017

O Diretor Regional



Paulo Baptista Vieira

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA	3
SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS, ABREVIATURAS E INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES.....	9
I - ANÁLISE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS	
ANÁLISE DE RESULTADOS.....	13
I.1. Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas (SIOU).....	13
I.1.1 Estimativas do Parque Habitacional.....	14
I.1.2. Obras Concluídas	17
I.1.3. Obras Licenciadas	22
I.1.4. Obras de Reabilitação.....	27
I.2. Operações sobre Imóveis	28
I.3. Inquérito Anual às Empresas de Construção.....	30
I.4. Vendas de Alojamentos Familiares ¹	32
I.5. Avaliação Bancária de Habitação	34
I.6. Inquérito à Caracterização da Habitação Social	35
II – QUADROS ESTATÍSTICOS	
II.1 - Estimativas do Parque Habitacional - Edifícios - Habitação Familiar Clássica – 2001-2016.....	39
II.2 - Estimativas do Parque Habitacional – Alojamentos – 2001-2016	40
II.3 - Estimativas do Parque Habitacional - Alojamentos segundo a Tipologia e o Tipo de Edifício - 2016*.....	41
II.4 - Estimativas do Parque Habitacional - Densidade de Edifícios e de Alojamentos – 2001, 2011 e 2016.....	41
II.5 - Estimativas do Parque Habitacional - Número de Alojamentos por Edifício e Habitantes por Alojamento – 2001, 2011 e 2016	42
II.6 - Edifícios Concluídos - 2010 a 2016	42
II.7 - Fogos Concluídos - 2010 a 2016.....	43
II.8 - Indicadores da Conclusão de Edifícios em Construções Novas para Habitação Familiar - 2016*	43
II.9 - Edifícios Concluídos, segundo o Tipo de Obra - 2016*.....	44
II.10 - Edifícios Concluídos em Construções Novas, segundo o Destino e Características - 2016*	44
II.11 - Edifícios Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Tipo de Edifício - 2016*.....	46
II.12 - Edifícios Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Pisos e Características - 2016*.....	46

II.13 - Edifícios e Fogos Concluídos em Construções Novas, segundo a Entidade Promotora - 2016*	48
II.14 - Fogos Concluídos, segundo o Tipo e Destino de Obra – 2016*	49
II.15 - Fogos Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo a Tipologia - 2016*	49
II.16 - Prazo de Execução Efetivo das Obras Concluídas, segundo o Tipo de Obra – 2016.....	50
II.17 - Prazo de Execução Efetivo das Obras Concluídas, segundo o Tipo de Edifício – 2016.....	51
II.18 - Prazo de Execução Efetivo das Obras Concluídas, em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Fogos do Edifício – 2016.....	51
II.19 - Edifícios Licenciados - 2010 a 2016	52
II.20 - Fogos Licenciados - 2010 a 2016.....	52
II.21 - Indicadores do Licenciamento de Edifícios em Construções Novas para Habitação Familiar – 2016.....	53
II.22 - Edifícios Licenciados, segundo o Tipo e Destino de Obra – 2016.....	53
II.23 - Edifícios Licenciados em Construções Novas, segundo o Destino e Características – 2016.....	54
II.24 - Edifícios Licenciados em Construções Novas, segundo o Tipo de Edifício – 2016	55
II.25 - Edifícios Licenciados em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Pisos e Características – 2016	56
II.26 - Edifícios e Fogos Licenciados em Construções Novas, segundo a Entidade Promotora – 2016.....	57
II.27 - Fogos Licenciados, segundo o Tipo e Destino de Obra – 2016	58
II.28 - Fogos Licenciados em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo a Tipologia – 2016	58
II.29 - Prazo de Execução Previsto das Obras Licenciadas, segundo o Tipo de Obra – 2016	59
II.30 - Prazo de Execução Previsto das Obras Licenciadas, segundo o Tipo de Edifício – 2016	60
II.31 - Prazo de Execução Previsto das Obras Licenciadas em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Fogos do Edifício – 2016.....	60
II.32 – Operações sobre Imóveis – Principais Indicadores – 2015.....	61
II.33 – Contratos de Compra e Venda de Prédios, segundo o Tipo de Prédio – 2015	61
II.34 – Contratos de Mútuo com Hipoteca Voluntária – Prédios Hipotecados, segundo Tipo de Prédio – 2015.....	62
II.35 – Contratos de Mútuo com Hipoteca Voluntária – Crédito Hipotecário Concedido, segundo a Residência dos Intervenientes - 2013 a 2015	62
II.36 – Inquérito Anual às Empresas de Construção – Valor dos Trabalhos Realizados por Empresas com 20 e Mais Pessoas ao Serviço, por Tipo de Obra – 2015	63
II.37 - Inquérito Anual às Empresas de Construção – Estrutura do Valor dos Trabalhos Realizados por Empresas com 20 e Mais Pessoas ao Serviço, por Tipo de Obra – 2015	64
II.38 – Edifícios de Habitação Social segundo o Escalão de Dimensão de Alojamentos – 2015	65
II.39 – Fogos de Habitação Social segundo a Tipologia dos Fogos - 2015.....	65

II.40 – Fogos de Habitação Social por Edifício, Fogos de Habitação Social por 1 000 Fogos Residenciais e Fogos de Habitação Social por 100 Mil Habitantes – 2015	66
II.41 – Fogos de Habitação Social Atribuídos segundo as Formas de Atribuição - 2015	66
II.42 – Edifícios e Fogos de Habitação Social Objeto de Obras de Conservação – 2015	67
II.43 – Habitação Social – Receitas e Despesas - 2015.....	67

III – NOTA METODOLÓGICA E CONCEITOS

III.1 - Nota Metodológica.....	71
III.2 – Delimitações Territoriais: Representação Cartográfica.....	83
III.3 – Conceitos e Definições	85

SINAIS CONVENCIONAIS, SIGLAS, ABREVIATURAS E INFORMAÇÃO AOS UTILIZADORES

Sinais Convencionais

<u>Símbolo</u>	<u>Designação</u>
...	Valor Confidencial
x	Valor não Disponível
//	Não Aplicável
Po	Valor Provisório

Siglas e Abreviaturas

<u>Siglas</u>	<u>Designação</u>
BGE	Base Geográfica de Edifícios
CENSOS	Recenseamento Geral da População e Habitação
DGPJ	Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça
DREM	Direção Regional Estatística da Madeira
FNA	Ficheiro Nacional de Alojamentos
IABH	Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
IMI	Imposto Municipal sobre Imóveis
IMT	Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis
INE	Instituto Nacional de Estatística, I.P.
IPHab	Índice de Preços da Habitação
Km ²	Quilómetro Quadrado
m ²	Metro Quadrado
Nº	Número Absoluto
n.e.	Não Especificado
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OE	Operações Estatística
p.p.	Pontos Percentuais
SIOU	Sistema de indicadores das Operação Urbanísticas
T0 (T1, T2, etc.)	Tipologia dos Fogos, segundo o Nº de Quartos de Dormir

Informação aos Utilizadores

Nesta publicação adotou-se a Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos 2013 (NUTS 2013) estabelecida pelo Regulamento Comunitário (EU) n° 868/2014 da Comissão de 8 de agosto de 2014 e em vigor desde 1 de janeiro de 2015.

Por questões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

Os dados divulgados nesta publicação, bem como outra informação relativa às Estatísticas da Construção e da Habitação, encontram-se disponíveis no Portal de Estatísticas Oficiais em: www.ine.pt e estatistica.madeira.gov.pt.

I - Análise dos Principais Resultados

I - ANÁLISE DE RESULTADOS

I.1. Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas (SIOU)

O Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas compreende um vasto conjunto de indicadores estatísticos, dos quais são analisadas, nesta publicação, as estimativas do parque habitacional e as estatísticas do licenciamento e da conclusão de obras de edificação, relativas à RAM, para o ano 2016.

A informação referente a 2015 e 2016, relativa às Obras Concluídas, corresponde a estimativas, baseadas essencialmente nos tempos médios de execução das obras.

A série de Estimativas do Parque Habitacional atualizada para o período de 2011 a 2016 já se encontra calibrada e ajustada com os resultados definitivos do Recenseamento da Habitação de 2011 (Censos 2011). Esta série é disponibilizada ao nível de freguesia no Portal de Estatísticas Oficiais do INE.

A análise de resultados a seguir apresentada sobre as Estimativas do Parque Habitacional tem por base a informação relativa ao ano de 2016, sendo feita, sempre que se justifique, uma comparação com a informação de anos anteriores, no âmbito da nova série calibrada desde 2011.

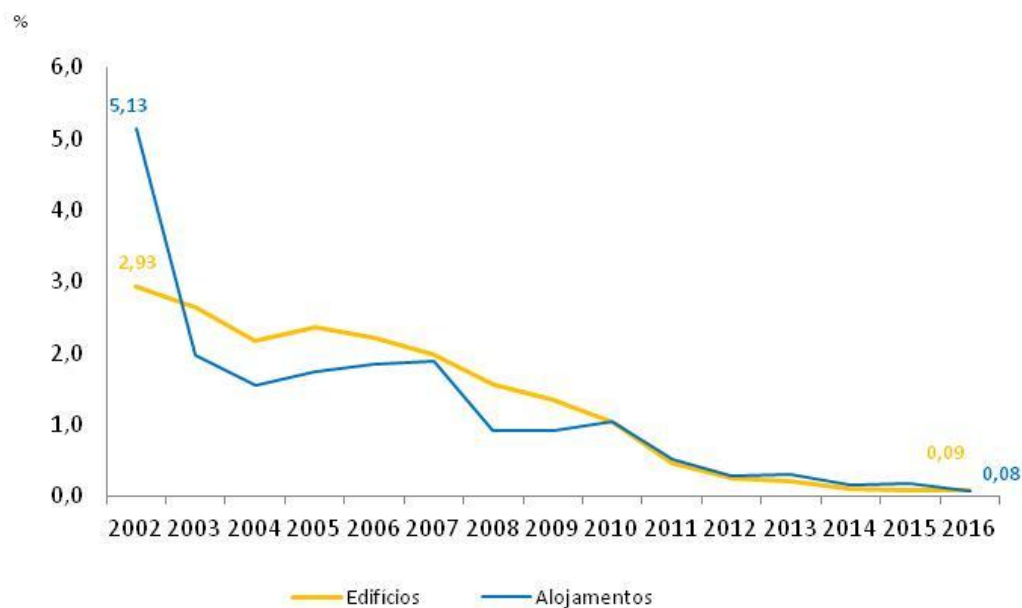
A informação sobre o licenciamento e obras concluídas tem por base os dados de 2016 e (quando necessário) a sua comparação com os anos anteriores.

A divulgação da informação do SIOU segue a Política de Revisões, que se encontra explicitada no capítulo “Nota Metodológica, Conceitos e Definições” constante desta publicação.

I.1.1 Estimativas do Parque Habitacional

Em 2016, o parque habitacional madeirense foi estimado em 92 914 edifícios e 130 897 alojamentos, o que corresponde a um acréscimo de 0,1% face a 2015, tanto nos edifícios como nos alojamentos.

Figura I.1.1.1 – Variação Média Anual do Número de Edifícios Clássicos e Alojamentos, na RAM, 2002-2016



Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional

Nota: Informação de 2016 e 2016 com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

O parque habitacional da Região cresceu a uma taxa anual média superior a 2,0% até 2010. A partir desse ano, as taxas de variação têm vindo a desacelerar, registando crescimento mínimo de 0,1% em 2016.

Da análise da variação média anual do número de edifícios e alojamentos clássicos, entre 2001 e 2016, destaca-se o acréscimo mais significativo registado no ano de 2002, que correspondeu ao último ano de existência de condições especiais no crédito à habitação, tendo-se verificado um aumento bastante expressivo de obras concluídas nesse ano.

Na RAM, entre 2001 e 2016, foi observado um crescimento de 21,3% nos edifícios (+ 16 mil edifícios) e de 20,1% nos alojamentos (+ 22 mil alojamentos) existentes na Região. O município do Funchal registou o maior aumento, em termos absolutos, de edifícios (+ 4 mil edifícios) e de alojamentos (+ 9 mil alojamentos), seguido de Santa Cruz (+3 mil edifícios; + 6 mil alojamentos).

A distribuição dos edifícios e alojamentos pelos vários municípios da Região não sofreu alterações muito significativas no período 2001-2016. Em 2016, o município do Funchal concentrava a maior proporção do parque habitacional da Região, com 31,7% dos edifícios e 40,3% dos alojamentos. Segue-se o município de Santa Cruz, onde se localizavam 13,5% dos edifícios e 15,6% dos alojamentos. Os restantes municípios representavam, em conjunto, 54,8% do total de edifícios e 44,1% dos alojamentos existentes na Região.

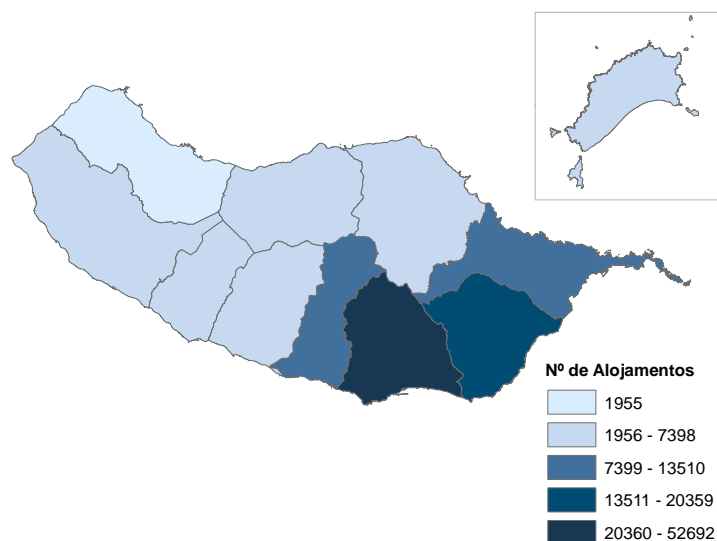
Figura I.1.1.2 - Distribuição dos Edifícios e dos Alojamentos, na RAM, 2001, 2011 e 2016

	Edifícios			Alojamentos		
	2001	2011	2016	2001	2011	2016
	%					
Reg. Aut. Madeira	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Calheta	8,1	7,5	7,6	6,4	5,6	5,7
Câmara de Lobos	11,7	11,2	11,2	10,6	10,3	10,3
Funchal	33,2	31,8	31,7	40,4	40,1	40,3
Machico	8,9	9,3	9,2	8,1	7,6	7,6
Ponta do Sol	4,8	4,7	4,7	3,7	3,6	3,6
Porto Moniz	1,9	2,0	2,0	1,5	1,5	1,5
Ribeira Brava	6,8	6,6	6,6	5,5	5,3	5,3
Santa Cruz	12,6	13,5	13,5	13,0	15,6	15,6
Santana	5,2	5,1	5,1	4,1	3,8	3,7
São Vicente	4,0	4,2	4,2	3,6	3,1	3,1
Porto Santo	2,7	4,1	4,0	3,1	3,5	3,4

Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional

Nota: Informação de 2016 com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

Figura I.1.1.3 – Distribuição dos Alojamentos, na RAM, por Município, 2016



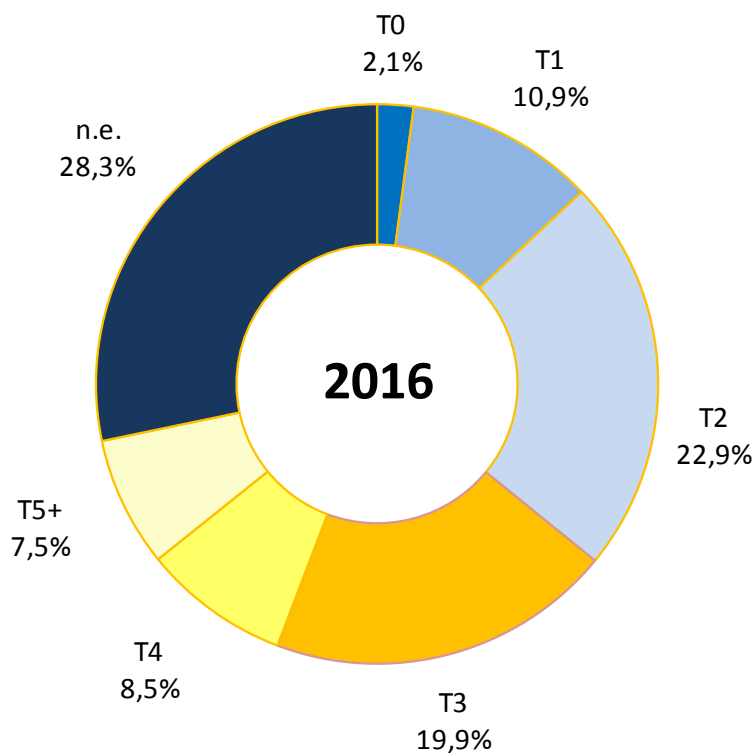
Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional

Nota: Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

As estimativas do Parque Habitacional da RAM para 2016 apontam para uma predominância de alojamentos de tipologia T2 (22,9%). Esta tipologia é predominante nos municípios do Funchal, Ponta do Sol, Santa Cruz e Porto Santo. Nos restantes municípios predominam os alojamentos de tipologia T3.

Mantém-se a impossibilidade de determinar a tipologia de cerca de 28,3% dos alojamentos da Região, pelo facto de não se encontrarem ocupados à data do último Recenseamento Geral da População e Habitação, em 2011 (Censos 2011).

Figura I.1.1.4 – Distribuição do Número de Alojamentos segundo a Tipologia, na RAM, 2016



Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional

Nota: Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

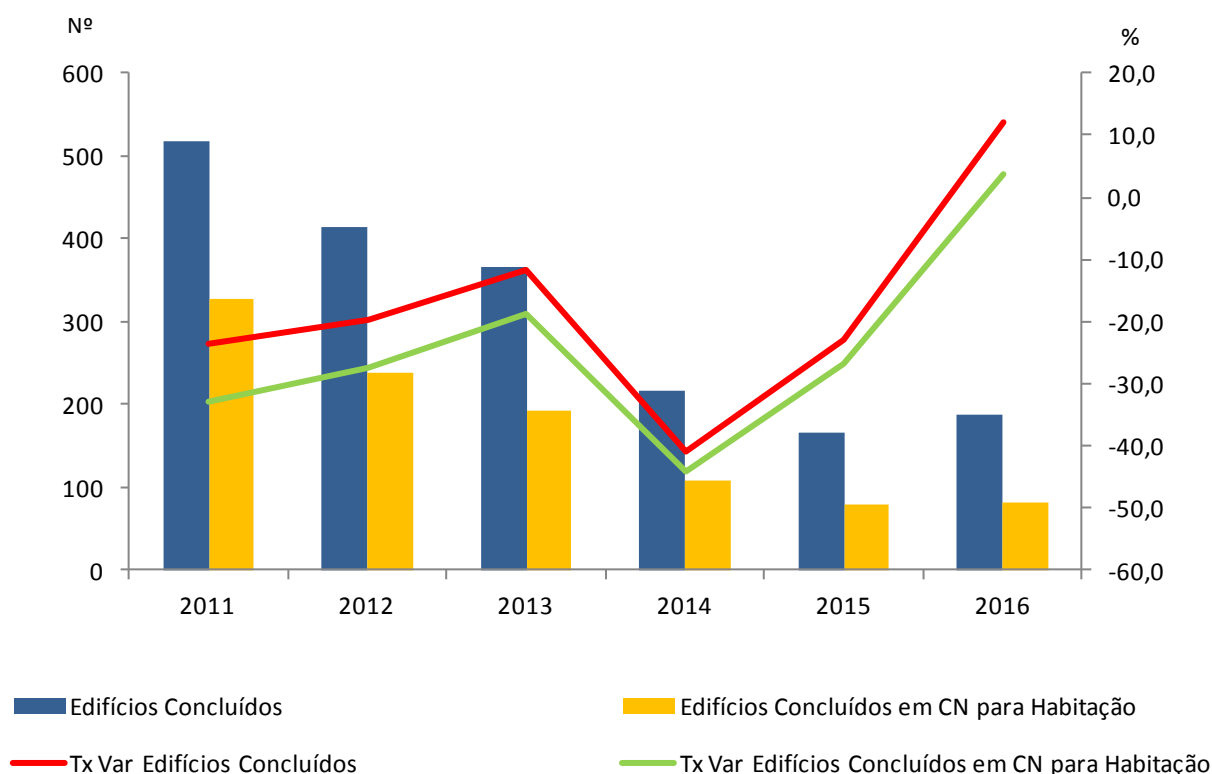
I.1.2. Obras Concluídas

Edifícios

De acordo com as Estimativas das Obras Concluídas para a RAM, em 2016 foram concluídos 187 edifícios, o que representa um acréscimo de 12,0% face a 2015, respeitando na sua maioria a edifícios residenciais (cerca de 74,3%), dos quais 59,0% relativos a construções novas.

Das obras concluídas durante o ano de 2016, 43,9% correspondiam a edifícios em construções novas para habitação familiar, dos quais 87,8% diziam respeito a edifícios principalmente residenciais com um alojamento, 7,3% a edifícios principalmente residenciais com dois alojamentos e 4,9% a edifícios com três e mais alojamentos.

Figura I.1.2.1 – Edifícios Concluídos – Total e em Construção Nova para Habitação, na RAM, 2011-2016



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: Informação de 2015 e 2016 com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

As construções novas continuaram a ser predominantes, representando 57,2% do total de obras concluídas em 2016 (em 2015 representavam 59,9% do total). A importância relativa das obras de reabilitação, no total das obras concluídas, aumentou de 40,1% em 2015 para 42,8% em 2016, traduzindo-se também num aumento em termos absolutos (80 edifícios concluídos em 2016 face a 67 em 2015).

A maior parte das obras concluídas em construções novas continuaram a ser promovidas por pessoas singulares (48,6%), seguindo-se das designadas “outras entidades” (onde se incluem as cooperativas de habitação e as instituições sem fins lucrativos), com 44,9% do número de edifícios concluídos em 2016.

Quanto ao destino da obra, o destino Agricultura e Pescas (10,3%) foi, após o destino Habitação (76,6%), aquele em que mais edifícios de construção nova foram concluídos em 2016.

Figura I.1.2.2 – Características dos Edifícios Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, na RAM, 2016

	Pisos por Edifício	Área Habitável por Piso	Fogos por Edifício	Área Habitável por Fogo	Divisões por Fogo	Área Habitável das Divisões
	N.º	m ²	N.º	m ²	N.º	m ²
Reg. Aut. Madeira	2,2	168,7	1,6	92,7	4,8	19,1
Calheta	1,9	122,0	1,0	96,0	5,4	17,8
Câmara de Lobos	2,4	114,1	1,3	88,8	4,9	18,2
Funchal	2,9	310,0	3,6	93,3	4,5	20,7
Machico	2,0	96,8	1,3	79,2	4,2	18,9
Ponta do Sol	2,0	94,7	1,0	80,9	4,8	17,0
Porto Moniz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ribeira Brava	1,8	78,6	1,0	62,0	4,3	14,3
Santa Cruz	2,1	133,8	1,3	107,0	5,2	20,7
Santana	1,5	125,3	1,0	106,0	7,5	14,1
São Vicente	2,3	130,0	1,0	93,8	6,0	15,6
Porto Santo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: INE, Estatísticas das Concluídas.

Nota: Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

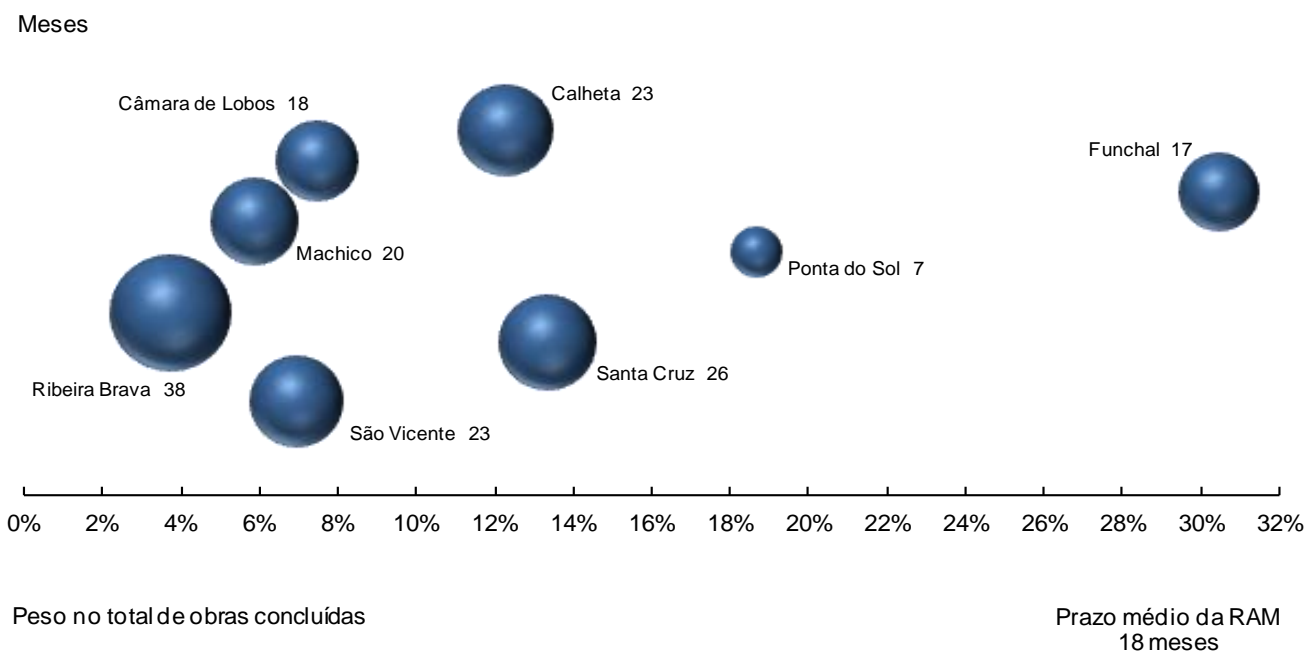
As características dos edifícios concluídos em 2016 relevam as seguintes características, em termos médios: 2,2 pisos por edifício, 168,7m² de área habitável por piso, 1,6 fogos por edifício, 92,7m² de área habitável por fogo, 4,8 divisões por fogo e 19,1m² de área habitável por divisão.

O Município do Funchal apresentou o valor mais alto em termos de área média dos pisos (310,0 m²), o maior número de fogos por edifício (3,6 fogos) e o mais elevado número médio de pisos por edifício da Região (2,9 pisos por edifício), enquanto o município de Santa Cruz apresentou a área média por fogo mais elevada (107,0 m²). No que respeita ao número de divisões por fogo, foi o município de Santana que apresentou o valor mais elevado (7,5 divisões), sendo o Funchal e Santa Cruz os municípios com maior área média das divisões (20,7 m²).

Em termos de prazos de execução efetivos, as obras concluídas em 2016 demoraram cerca de 18 meses a serem realizadas, o que representa um decréscimo de 1 mês face a 2015. As obras de construções novas foram as que mais tempo demoraram na sua execução (22 meses). As obras de alteração foram as que demoraram menos tempo (1 mês).

Foi no município da Ribeira Brava que o prazo de execução efetivo das obras concluídas em 2016 foi mais longo (38 meses), enquanto no município da Ponta do Sol se registou a mais curta duração (7 meses).

Figura I.1.2.3 – Prazo de Execução Efetivo das Obras Concluídas, na RAM, 2016



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

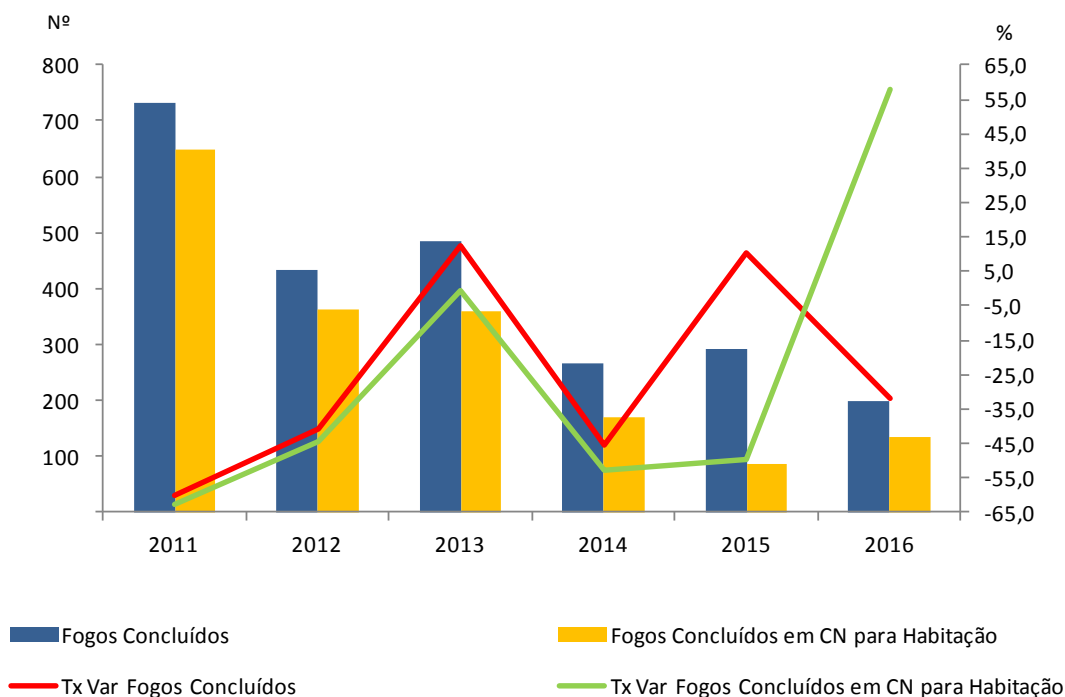
Nota: Informação com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

Fogos

O número de fogos concluídos na RAM em 2016 (199 fogos) registou um decréscimo de 32,1% relativamente ao ano anterior (293 fogos em 2015). Os fogos de construções novas para habitação familiar aumentaram 57,6% em 2016 (134 fogos) face a 2015 (85 fogos).

A grande maioria dos fogos concluídos em 2016 localizava-se no município do Funchal (45,7%), seguindo-se Santa Cruz (14,1%). Nos municípios do Porto Moniz e Porto Santo não se verificou qualquer tipo de fogo concluído.

Figura I.1.2.4 – Fogos Concluídos – Total e em Construção Nova para Habitação, na RAM, 2011-2016



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: Informação de 2015 e 2016 com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

Dos 134 fogos concluídos em construções novas para habitação familiar, 53,7% encontram-se inseridos em edifícios principalmente residenciais com um alojamento, 9,0% em edifícios principalmente residenciais com dois alojamentos e 37,3% em edifícios principalmente residenciais com três e mais alojamentos.

Os fogos concluídos por iniciativa do setor privado (particulares e empresas privadas) representam 40,0%, enquanto as outras entidades (cooperativas de habitação e instituições sem fins lucrativos) 60,4%, dos fogos concluídos em construções novas para habitação familiar em 2016.

Figura I.1.2.5 – Número de Fogos Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, por Tipologia, na RAM, 2016

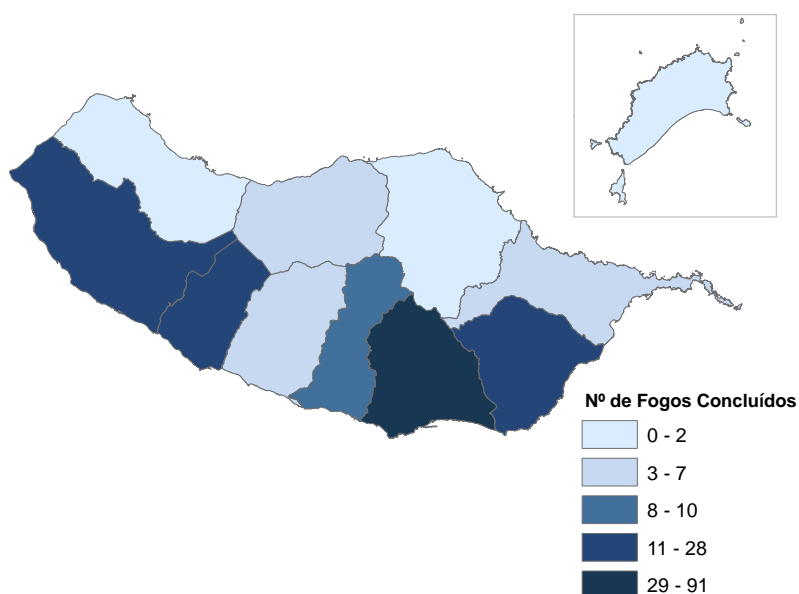
	Fogos	Tipologia			
		T0 e T1	T2	T3	T4 e +
Reg. Aut. Madeira	134	12	42	68	12
Calheta	21	3	6	10	2
Câmara de Lobos	9	0	3	6	0
Funchal	62	5	26	22	9
Machico	5	2	0	3	0
Ponta do Sol	8	0	3	5	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	6	2	1	3	0
Santa Cruz	17	0	1	16	0
Santana	2	0	1	0	1
São Vicente	4	0	1	3	0
Porto Santo	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Nota: Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

De forma geral, os fogos concluídos em 2016 mantiveram características semelhantes às dos anos anteriores, com a predominância de tipologias T3 na grande maioria dos municípios, excetuando-se Funchal e Santana, onde predominava a tipologia T2. Em 2016, entre os fogos concluídos em construções novas para habitação, 50,7% eram de tipologia T3, 31,3% de tipologia T2, e 9,0% para cada uma dos outros dois tipos de tipologias (T0 e T1 e T4 e +).

Figura I.1.2.6 – Distribuição dos Fogos Concluídos, na RAM, por Município, 2016



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Nota: Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

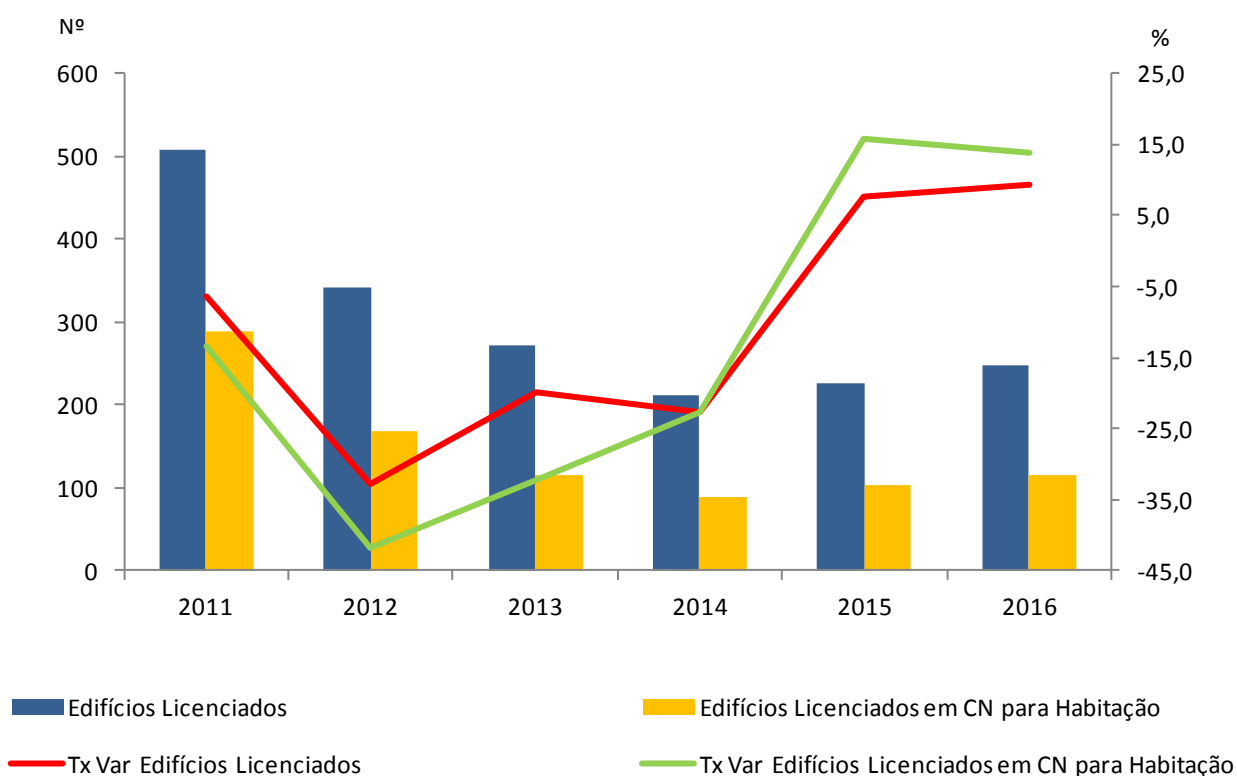
I.1.3. Obras Licenciadas

Edifícios

Em 2016, foram licenciados 248 edifícios na Região, significando um aumento de 9,3% face ao ano anterior.

À semelhança dos anos anteriores, a maioria dos edifícios licenciados em 2016 destinavam-se a construções novas (55,6% do total de edifícios), evidenciando uma ligeira diminuição face a 2015 (59,5% do total). As obras para reabilitação de edifícios (obras de alteração, ampliação e reconstrução de edifícios) apresentavam em 2016 um peso de 42,7%. As obras de demolição representavam 1,6% das obras licenciadas.

Figura I.1.3.1 – Edifícios Licenciadas – Total e em Construção Nova para Habitação, na RAM, 2011-2016



Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

Em 2016, cerca de 72,5% dos edifícios licenciados em construções novas eram principalmente residenciais com um alojamento.

A menor preponderância da construção em altura, no total da Região, é bem visível na análise das características dos edifícios licenciados em construções novas para habitação, onde os edifícios com 1 a 4 pisos representam 97,4% do total de edifícios licenciados.

Os edifícios licenciados em 2016 apresentavam as seguintes características, em termos médios: 2,0 pisos por edifício, 175,0m² de área habitável por piso, 1,6 fogos por edifício, 88,1m² de área habitável por fogo, 4,5 divisões por fogo e 19,5m² de área habitável por divisão.

Figura I.1.3.2 - Características dos Edifícios Licenciados em Construções Novas para Habitação Familiar, na RAM, 2016

	Pisos por Edifício	Área Habitável por Piso	Fogos por Edifício	Área Habitável por Fogo	Divisões por Fogo	Área Habitável das Divisões
	N.º	m ²	N.º	m ²	N.º	m ²
Reg. Aut. Madeira	2,0	175,0	1,6	88,1	4,5	19,5
Calheta	1,7	131,5	1,3	90,5	4,2	21,5
Câmara de Lobos	2,3	114,6	1,0	77,4	4,4	17,5
Funchal	2,6	305,9	3,2	85,2	4,3	19,6
Machico	2,0	101,8	1,0	85,4	4,8	17,8
Ponta do Sol	2,3	121,2	1,3	91,1	5,0	18,2
Porto Moniz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ribeira Brava	1,8	104,6	1,1	79,6	4,6	17,2
Santa Cruz	1,8	125,3	1,1	97,4	5,1	18,9
Santana	1,8	147,7	1,0	117,0	6,8	17,3
São Vicente	2,0	151,7	1,0	137,7	4,7	29,5
Porto Santo	1,5	130,0	1,5	74,2	4,2	17,8

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

Os edifícios licenciados em construções novas por iniciativa do setor privado (particulares e empresas privadas) continuaram a ser preponderantes em 2016 (99,3%).

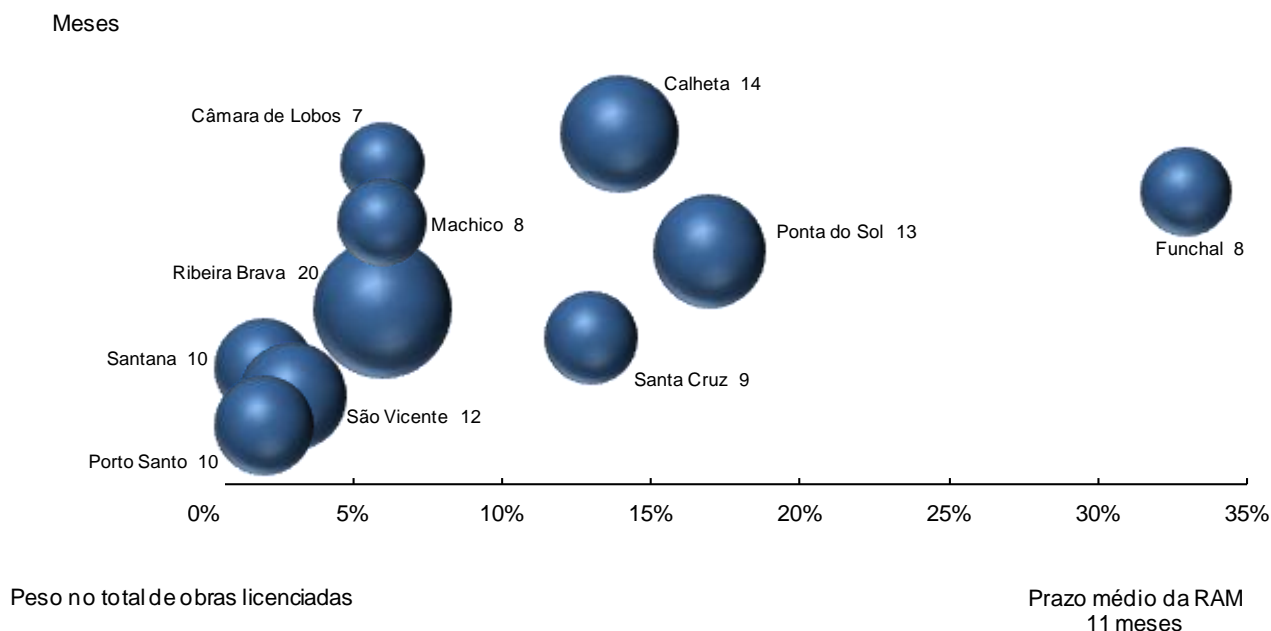
Espera-se que as obras licenciadas em 2016 demorem, em termos médios globais, cerca de 11 meses a serem concluídas. O prazo de execução previsto da demolição é o mais elevado (24 meses), por oposição às obras de alteração, que se espera venham a ser concluídas em 6 meses.

O município da Ribeira Brava apresentava o maior prazo de execução previsto (20 meses). Contrariamente, Câmara de Lobos apresentava o prazo mais curto, prevendo-se que, em termos médios, as obras licenciadas em 2016 venham a concluir-se em 7 meses.

A análise comparativa com os resultados anteriormente apresentados para as obras concluídas permite identificar alguns desvios entre o prazo de execução previsto e o prazo efetivo (apesar de não se tratarem das mesmas obras: à partida, algumas das obras licenciadas em 2016 não são as mesmas que se concluem nesse ano, dado o prazo médio previsto ser 11 meses), que a nível regional é de 7 meses.

Em termos municipais, todos os municípios, à exceção da Ponta do Sol (-6 meses), apresentavam prazos de execução efetivos superiores aos previsionais, com o maior desvio a registar-se no município da Ribeira Brava, correspondendo a 18 meses de diferença.

Figura I.1.3.3 – Prazo de Execução Previsto das Obras Licenciadas, na RAM, 2016



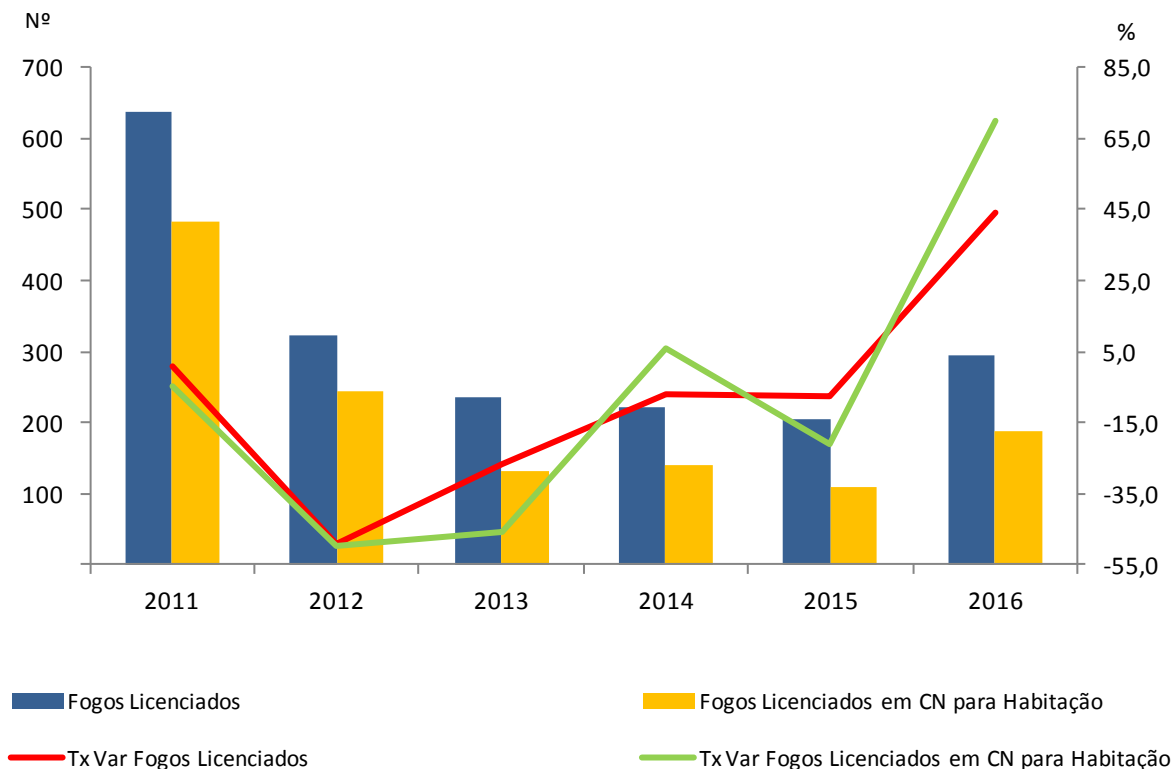
Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

Fogos

Em 2016, o número de fogos licenciados na RAM em todos os tipos de obra registou um aumento de 44,1% face ao ano anterior (294 em 2016 e 204 em 2015).

Do total dos fogos licenciados, 46,9% localizavam-se no município do Funchal, seguido da Calheta, com 14,6%. Em contrapartida no município do Porto Moniz não se verificou qualquer fogo licenciado.

Figura I.1.3.4 – Fogos Licenciadas – Total e em Construção Nova para Habitação, na RAM, 2011-2016



Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

O número de fogos licenciados em construções novas para habitação familiar em 2016 aumentou 70,0% relativamente ao ano anterior, fixando-se em 187 fogos licenciados. Quanto às características dos novos fogos, mantiveram-se, a nível regional, os parâmetros tradicionais relativamente ao número de divisões (4,5 divisões e tipologia T3).

Dos 187 fogos licenciados em construções novas para habitação familiar, 53,5% referiam-se a fogos em edifícios principalmente residenciais com um alojamento, 12,8% em edifícios principalmente residenciais com 2 alojamentos e 33,7% em edifícios principalmente residenciais com três e mais alojamentos.

As características dos fogos licenciados em 2016 mantiveram-se semelhantes às de 2015, apresentando parâmetros médios de 4,5 divisões, 88,1 m² de área habitável por fogo e 19,5 m² de área habitável por divisão.

Os fogos licenciados com maior área habitável média estavam localizados em São Vicente (137,7 m²/fogo) e Santana (117,0 m²/fogo). Em contrapartida, o Porto Santo era o município que apresentava a área habitável média menor (74,2 m²/fogo). Ao nível do número médio de divisões por fogo, verifica-se que Santana era o município que indicava o maior valor (6,8 divisões/fogo) e Calheta e Porto Santo os menores (4,2 divisões/fogo).

Figura I.1.3.5 – Número de Fogos Licenciados em Construções Novas para Habitação Familiar, na RAM, 2016

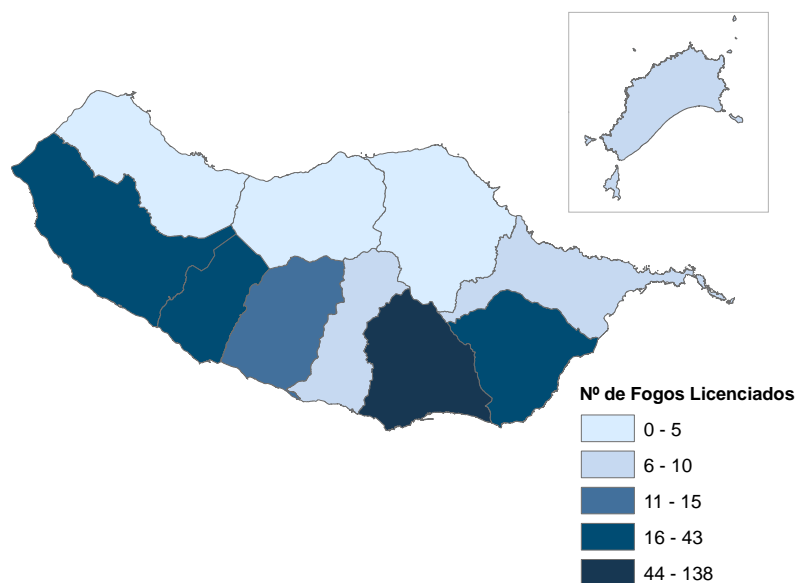
	Fogos	Tipologia			
		T0 e T1	T2	T3	T4 e +
Reg. Aut. Madeira	187	27	51	98	11
Calheta	37	10	6	16	5
Câmara de Lobos	7	0	2	5	0
Funchal	82	12	30	38	2
Machico	5	0	2	2	1
Ponta do Sol	15	0	3	11	1
Porto Moniz	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	14	3	2	9	0
Santa Cruz	14	1	2	10	1
Santana	4	0	2	1	1
São Vicente	3	0	1	2	0
Porto Santo	6	1	1	4	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

Quanto às características da tipologia, mantem-se o domínio da tipologia T3, representando 52,4% do total dos novos fogos.

Também ao nível dos fogos licenciados se verifica uma predominância dos que são propriedade de pessoas singulares e empresas privadas, que no seu conjunto detinham 99,5% dos fogos licenciados em construções novas para habitação familiar.

Figura I.1.3.6 – Distribuição dos Fogos Licenciados, na RAM, por Município, 2016

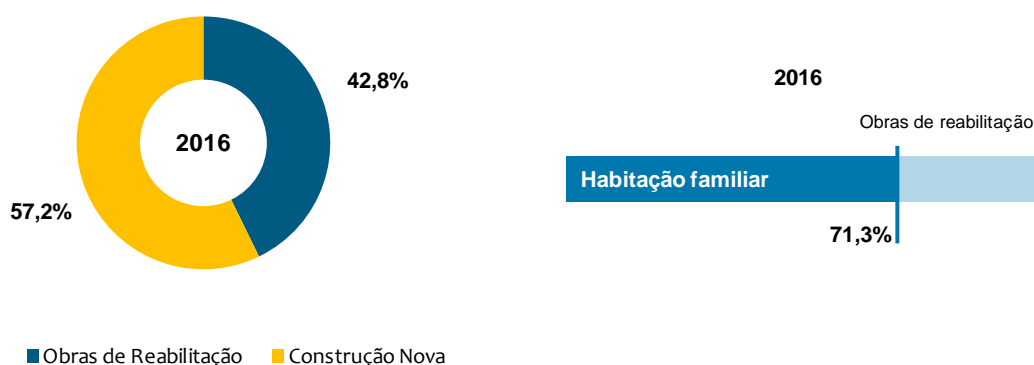


Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios

I.1.4. Obras de Reabilitação

As obras de reabilitação (conjunto de obras de alteração, ampliação e reconstrução) representavam, em 2016, 42,8% do total de edifícios concluídos (32,7% do total de fogos concluídos).

Figura I.1.4.1 – Peso das Obras de Reabilitação no Total de Obras Concluídas e do Destino da Habitação Familiar no Total de Obras de Reabilitação, na RAM, 2016



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Nota: Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

Entre os diferentes tipos de obras que integram o grupo de obras de reabilitação, as obras de ampliação foram as predominantes, concentrando 97,5% do total, em 2016.

Considerando o destino de habitação familiar, as obras de ampliação registam a maior percentagem (98,2%) entre os três tipos de obras de reabilitação.

No que concerne aos prazos de execução efetivos, as obras de ampliação apresentavam, em 2016, uma duração média de 14 meses, enquanto as de alteração revelavam-se menos demoradas, em média, 1 mês a serem concluídas.

Figura I.1.4.2 – Prazo de Execução Efetivo das Obras de Reabilitação, na RAM, 2016



Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas

Nota: Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

I.2. Operações sobre Imóveis

Na RAM e em 2015, o número de contratos de compra e venda de imóveis (3 674 imóveis) registou um acréscimo de 37,9% face ao ano anterior, tendo o valor médio dos prédios transacionados decrescido numa proporção de 8,8% (de 73,6 mil euros em 2014 para 67,1 mil euros em 2015). O comportamento dos prédios urbanos determinou estas tendências, tendo aumentado em número (46,8%) e em valor transacionado (-13,8%).

Do total de imóveis transacionados em 2015, 40,0% localizavam-se no município do Funchal, seguindo-se os municípios de Calheta (17,2%) e Santa Cruz (13,4%). No que respeita ao valor transacionado, o Funchal acentuou a sua liderança, concentrando no ano em análise 60,6% do total do valor dos imóveis transacionados, seguindo-se o município de Santa Cruz com 14,3%. Deste modo, o valor médio dos prédios transacionados em 2015 foi significativamente mais elevado no município do Funchal (101,6 mil euros), seguindo-se Porto Santo (78,9 mil euros), com valores acima da média regional (67,1 mil euros).

Figura I.2.1 – Contratos de Compra e Venda de Prédios, segundo o Tipo de Prédio, na RAM, 2014 e 2015

Tipo de Prédio	2014			2015			Variação 2015/2014 (%)		
	Nº	Valor Total 10³ €	Valor Médio (€)	Nº	Valor Total 10³ €	Valor Médio (€)	Nº	Valor Total	Valor Médio
Total	2 665	196 068	73 572	3 674	246 635	67 130	37,9	25,8	-8,8
Urbanos	1 571	177 277	112 843	2 307	224 896	97 484	46,8	26,9	-13,6
Rústicos	1 003	13 170	13 130	1 255	14 163	11 285	25,1	7,5	-14,1
Mistos	91	5 622	61 777	112	7 576	67 646	23,1	34,8	9,5

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

No que toca aos contratos de mútuo com hipoteca voluntária, registou-se um acréscimo no número de contratos celebrados (44,8%) em 2015 e um aumento no valor médio dos prédios hipotecados em cerca de 1,7 mil euros (de 194,4 mil euros em 2014 para 196,1 mil euros em 2015). O comportamento dos prédios mistos contribuiu em certa medida para o acréscimo observado no número de prédios hipotecados (44,4%), associado a um acréscimo acentuado no respetivo valor (50,0%).

Dos 750 prédios hipotecados em 2015, 51,6% localizavam-se no município do Funchal, 19,6% em Santa Cruz e 8,5% em Câmara de Lobos.

Quanto ao valor total dos prédios hipotecados, o Funchal liderava com cerca de 79,6% do total regional, seguindo-se Santa Cruz (8,4%).

Figura I.2.2 – Contratos de Mútuo com Hipoteca Voluntária, Prédios Hipotecados, na RAM, 2014 e 2015

Tipo de Prédio	2014			2015			Variação 2015/2014 (%)		
	Nº	Valor Total 10 ³ €	Valor Médio (€)	Nº	Valor Total 10 ³ €	Valor Médio (€)	Nº	Valor Total	Valor Médio
Total	518	100 697	194 396	750	147 085	196 113	44,8	46,1	0,9
Urbanos	467	91 448	195 820	671	139 637	208 103	43,7	52,7	6,3
Rústicos	33	7 319	221 795	53	3 266	61 616	60,6	-55,4	-72,2
Mistos	18	1 930	107 244	26	4 182	160 829	44,4	116,7	50,0

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

O crédito hipotecário concedido a pessoas singulares por habitante atingiu, em 2015, o valor de 225 euros, ditando um acréscimo anual de 59,6%.

I.3. Inquérito Anual às Empresas de Construção

A informação estatística produzida através do Inquérito Anual às Empresas de Construção permite conhecer a estrutura e evolução do tipo (e respetivo valor) de trabalhos de construção realizados, numa perspetiva nacional e regional.

Em 2015, o valor dos trabalhos realizados pelas empresas de construção com 20 e mais pessoas ao serviço da RAM diminuiu 26,5% relativamente a 2014, devido fundamentalmente ao decréscimo de 31,8% observado nas obras de Engenharia Civil.

Os trabalhos realizados em Edifícios registaram um acréscimo (9,0% face a 2014). Este acréscimo foi generalizado aos Edifícios Residenciais (31,0%, correspondendo a +4,0 milhões de euros) e aos Edifícios Não Residenciais (2,5%, correspondendo a 0,9 milhões de euros).

Figura I.3.1 – Valor e Estrutura dos trabalhos realizados por Empresas com 20 e mais Pessoas ao Serviço, por Tipo de Obra, na RAM, 2014-2015

	2014		2015	
	10 ³ Euros	%	10 ³ Euros	%
Total	344 300	100,0	252 979	100,0
Edifícios	44 690	13,0	48 691	19,2
Edifícios Residenciais	10 056	2,9	13 175	5,2
Edifícios não Residenciais	34 634	10,1	35 516	14,0
Obras de Engenharia Civil	299 610	87,0	204 288	80,8
Infraestruturas de transportes (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo), barragens e sistemas de irrigação	266 302	77,3	156 015	61,7
Conduitas, linhas de comunicação e de transporte de energia	4 971	1,4	12 238	4,8
Instalações e construções em zonas industriais	817	0,2	2 376	0,9
Outras obras de engenharia civil	27 520	8,0	33 659	13,3

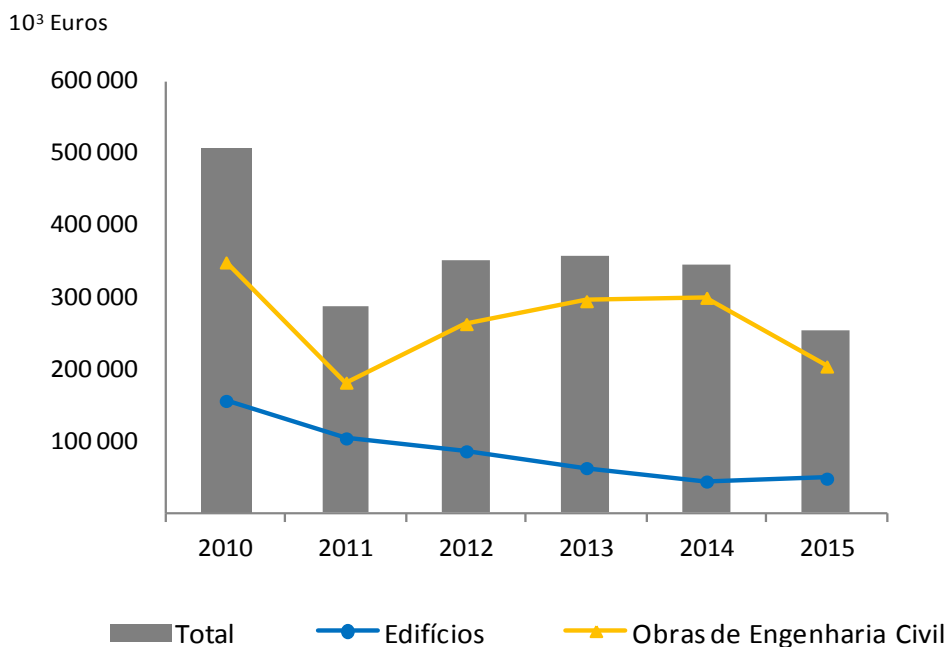
Fonte: INE, Inquérito Anual às Empresas de Construção

Quanto à estrutura da repartição dos trabalhos realizados, por tipo de obra, as Obras de Engenharia Civil registaram uma diminuição no seu peso (-6,2 p.p.) entre 2014 e 2015, relevando o conseqüente aumento do investimento em obras em Edifícios no mesmo período.

Entre as obras de Engenharia Civil destacaram-se, em 2015, as que foram executadas em Infraestruturas de Transportes (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo), Barragens e Sistemas de Irrigação (76,4% do total de obras de engenharia civil e 61,7% do total de obras).

As obras em Edifícios incidiram principalmente em edifícios não residenciais (72,9% do total de obras em Edifícios e 14,0% do total de obras em 2015).

Figura I.3.2 – Valor dos Trabalhos Realizados por Empresas com 20 e mais Pessoas ao Serviço, por Tipo de Obra, na RAM, 2010-2015



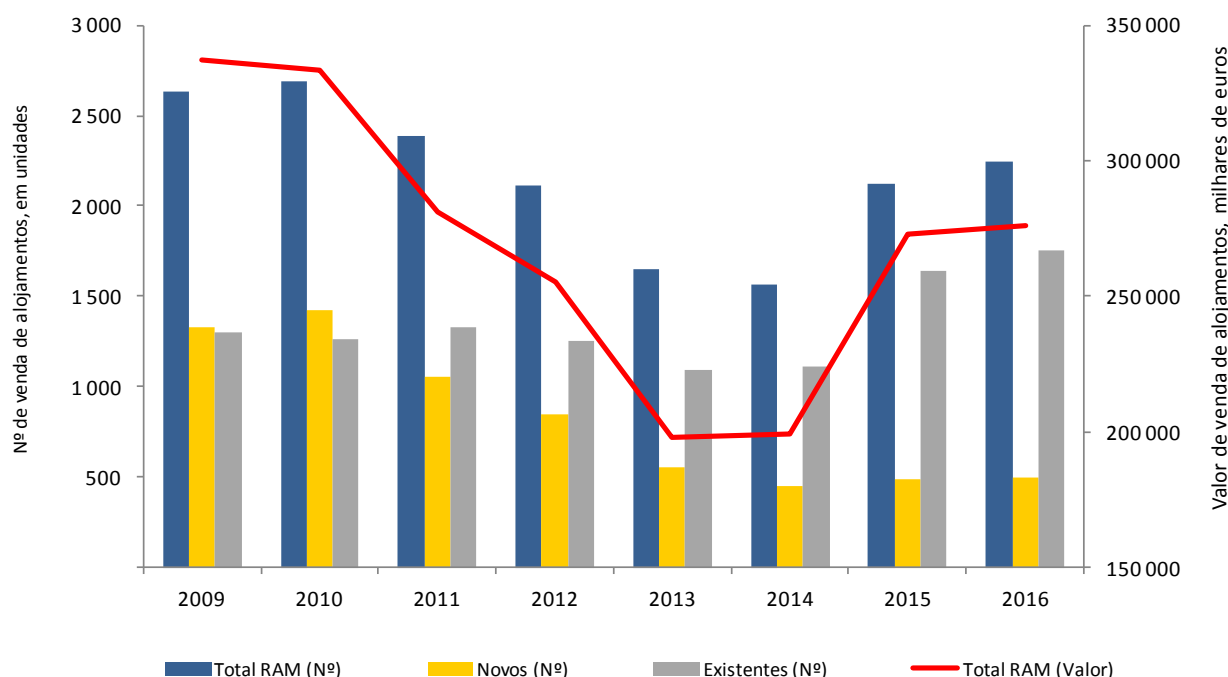
Fonte: Inquérito Anual às Empresas de Construção.

I.4. Vendas de Alojamentos Familiares¹

Em 2016, observou-se na RAM um acréscimo no número de vendas de alojamentos familiares (+124 do que em 2015, correspondendo a +5,8%), perfazendo um total de 2 247 transações. Do total transacionado, 1 754 (78,1%) respeitaram a alojamentos existentes e 493 (21,9%) a alojamentos novos. O valor dos alojamentos transacionados em 2016 atingiu um montante próximo dos 275,8 milhões de euros, mais 2,7 milhões (+1,0%) que em 2015.

Após um período de quatro anos consecutivos de reduções, os últimos dois têm sido de retoma, sendo que 2016 registou um aumento de 1,4% no número de transações de alojamentos novos, face a 2015. Este resultado foi, no entanto, inferior ao verificado para os alojamentos existentes, os quais continuam a evidenciar uma aceleração no ritmo de vendas (7,1%, em 2016).

Figura I.4.1 – Evolução do Número e do Valor de Vendas de Alojamentos (Total, Novos e Existentes), na RAM, 2009-2016

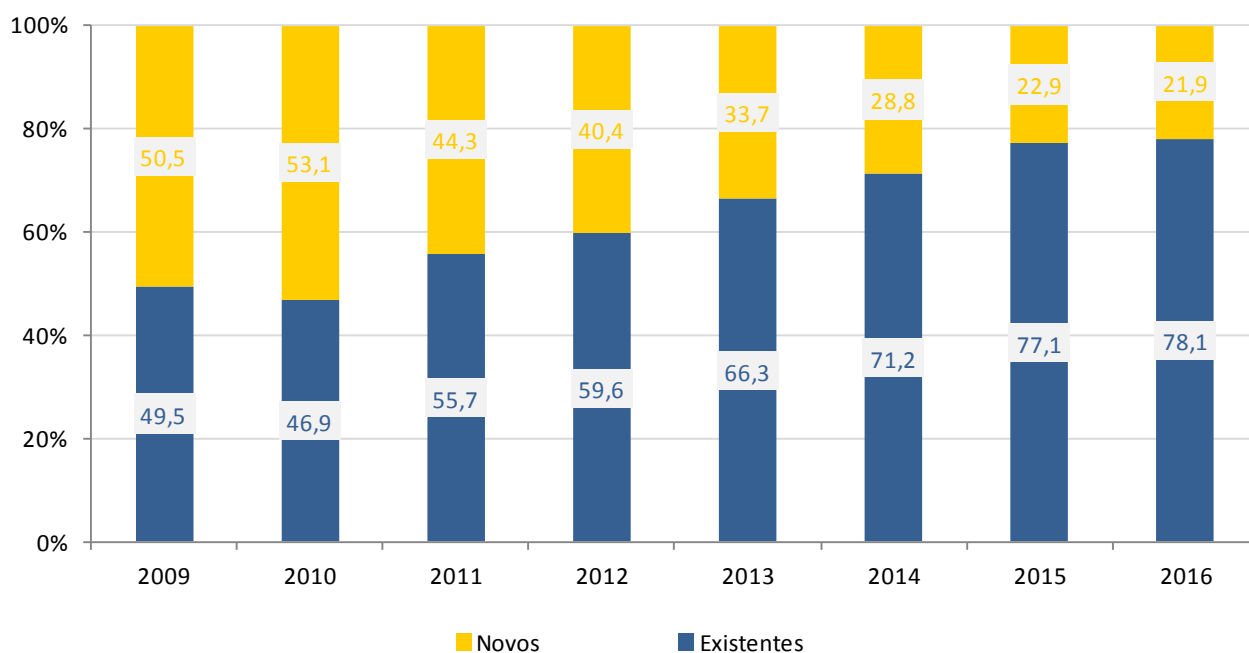


Fonte: INE, Índice de Preços da Habitação

¹ A compilação desta estatística tem por base a informação proveniente do IMT e é feita com base em transações de artigos urbanos. No cálculo deste indicador não são consideradas, à semelhança do que acontece com a estimação da taxa de variação de preços, as transações de partes de alojamentos (i.e., são apenas consideradas transações de habitações por inteiro). O número de vendas de alojamentos existentes e de alojamentos novos é estimado através da aplicação de uma estrutura de partição entre existentes e novos, apurado a partir do conjunto de transações cuja informação sobre as características dos alojamentos transacionados se encontra disponível para o ano de referência dos dados.

A análise da distribuição relativa das transações entre 2009 e 2016 revela que o peso dos alojamentos existentes no total das transações aumentou de forma continuada nos últimos anos, tendo atingido o valor máximo em 2016 (78,1%). Em contraste, o peso relativo dos alojamentos novos no total das transações registou uma diminuição de 1 p.p. em comparação com 2015 e de quase 29 p.p. em relação ao primeiro ano da série disponível (2009).

Figura I.4.2 – Distribuição do Peso Relativo das Transações de Alojamentos Existentes e Alojamentos Novos, na RAM, 2009-2016



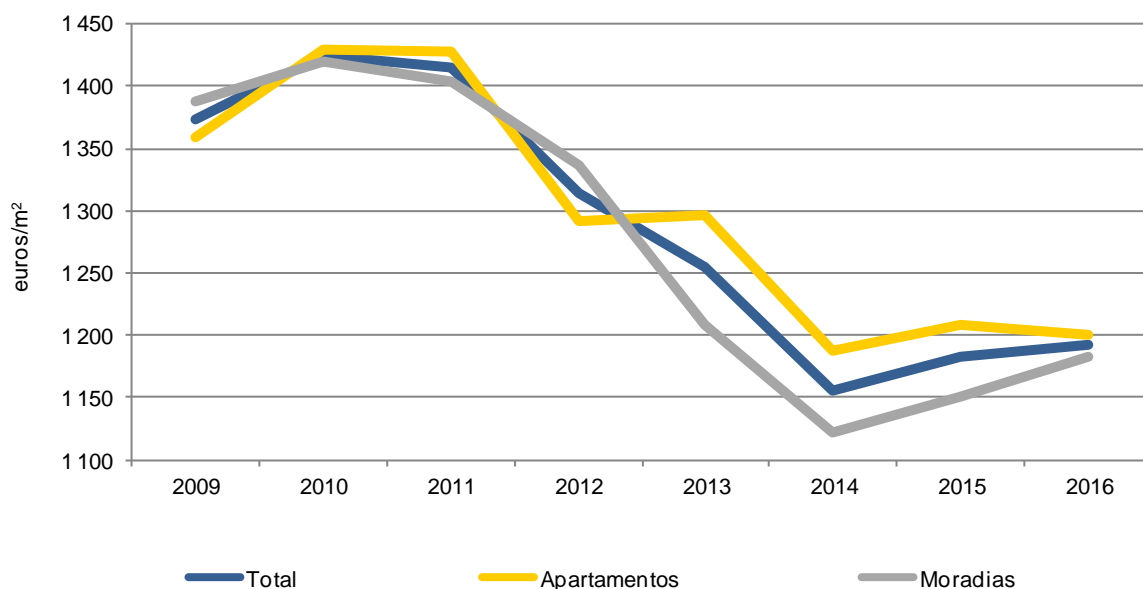
Fonte: INE, Índice de Preços da Habitação.

I.5. Avaliação Bancária de Habitação

Em 2016, o valor médio da avaliação bancária de habitação na RAM registou um crescimento de 0,8% (1 192 euros/m²) em relação ao ano de 2015, seguindo a tendência de subida do ano anterior.

Em termos relativos, observou-se uma subida nas moradias (+2,9%) e uma descida nos apartamentos (-0,7%). Em 2016, as médias atingiram os 1 200 euros/m², no caso dos apartamentos, e os 1 183 euros/m², nas moradias.

Figura I.5.1 – Evolução dos Valores Médios de Avaliação Bancária de Habitação, na RAM, 2009-2016



Fonte: INE, Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação.

I.6. Inquérito à Caraterização da Habitação Social

Os resultados apurados em 2015 revelaram a existência de 5 494 fogos de habitação social pertencentes aos municípios e a entidades proprietárias e gestoras de habitação social. Estes fogos estavam distribuídos por 1 642 edifícios.

Tendo por base as estimativas da população residente, em 2015, existiam 2 143 fogos de habitação social por 100 mil habitantes e 42 fogos de habitação social por 1 000 fogos residenciais.

A maior parte dos edifícios de habitação social existentes em 2015 (66,1%) possuía 1 alojamento, conduzindo a um rácio de 3,3 fogos por edifício.

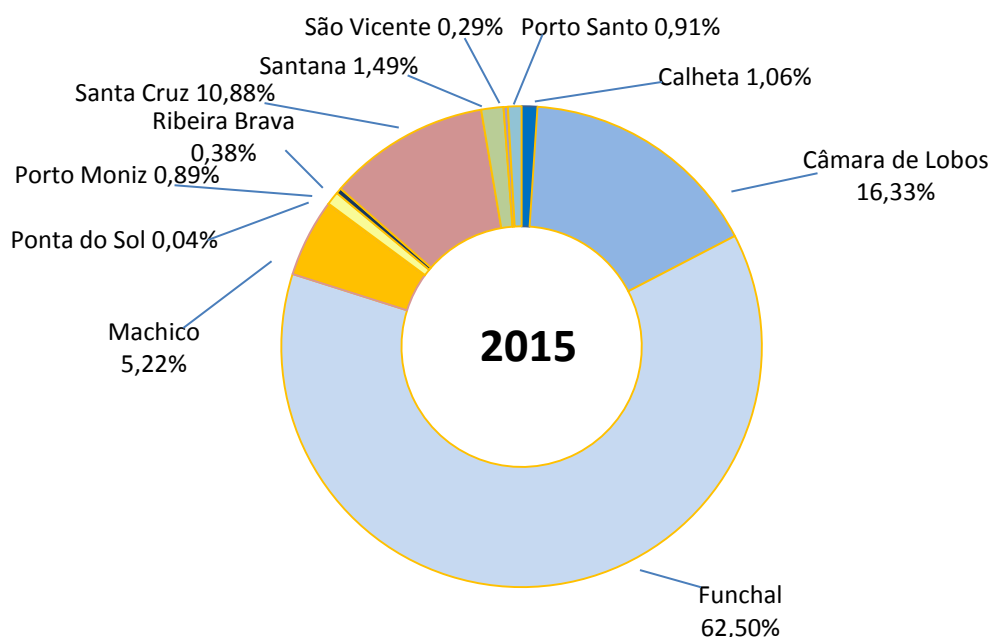
No que respeita às características dos fogos, verificou-se que na sua maioria (peso de 79,6%) correspondiam a tipologia T2 e T3.

A renda média mensal praticada no âmbito da habitação social foi de 62€.

O saldo entre receitas e despesas foi positivo em 2015, em cerca de 1,1 mil euros.

Em 2015 foram realizadas obras de reabilitação num total de 363 fogos de habitação social. Em termos relativos, os municípios e outras entidades proprietárias e gestoras de habitação social realizaram mais obras de reabilitação em fogos (6,6%) que na conservação em edifícios (4,3%).

Figura I.6.1 – Distribuição dos Fogos de Habitação Social, na RAM, por Município, 2015



Fonte: INE, Inquérito à Caraterização da Habitação Social.

II – Quadros Estatísticos

II.1 - Estimativas do Parque Habitacional - Edifícios - Habitação Familiar Clássica – 2001-2016
(Continua)

Unidade: Número

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Reg. Aut. Madeira	76 618	78 865	80 947	82 713	84 670	86 549	88 269	89 643
Calheta	6 239	6 323	6 436	6 512	6 587	6 682	6 760	6 823
Câmara de Lobos	8 930	9 154	9 383	9 495	9 699	9 824	9 951	10 093
Funchal	25 435	25 970	26 458	26 832	27 283	27 746	28 173	28 540
Machico	6 842	7 113	7 350	7 506	7 695	7 918	8 161	8 299
Ponta do Sol	3 681	3 784	3 871	3 961	4 048	4 103	4 158	4 204
Porto Moniz	1 445	1 487	1 550	1 608	1 672	1 719	1 752	1 787
Ribeira Brava	5 223	5 354	5 477	5 547	5 740	5 856	5 927	5 982
Santa Cruz	9 659	10 162	10 515	10 897	11 148	11 519	11 807	12 039
Santana	4 015	4 062	4 165	4 285	4 375	4 472	4 535	4 600
São Vicente	3 057	3 187	3 302	3 415	3 521	3 647	3 727	3 775
Porto Santo	2 092	2 269	2 440	2 655	2 902	3 063	3 318	3 501

II.1 – Estimativas do Parque Habitacional – Edifícios – Habitação Familiar Clássica – 2001-2016
(Continuação)

Unidade: Número

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*
Reg. Aut. Madeira	90 855	91 786	92 213	92 451	92 644	92 755	92 833	92 914
Calheta	6 878	6 923	6 958	6 999	7 029	7 050	7 064	7 085
Câmara de Lobos	10 189	10 292	10 349	10 375	10 412	10 422	10 433	10 440
Funchal	28 924	29 207	29 296	29 350	29 386	29 412	29 427	29 444
Machico	8 412	8 483	8 530	8 552	8 565	8 574	8 578	8 581
Ponta do Sol	4 258	4 297	4 335	4 356	4 369	4 373	4 380	4 388
Porto Moniz	1 817	1 820	1 824	1 824	1 826	1 826	1 829	1 829
Ribeira Brava	6 029	6 076	6 105	6 113	6 133	6 138	6 144	6 150
Santa Cruz	12 240	12 435	12 490	12 525	12 547	12 565	12 573	12 586
Santana	4 644	4 668	4 701	4 709	4 718	4 723	4 726	4 728
São Vicente	3 829	3 864	3 884	3 899	3 905	3 914	3 918	3 922
Porto Santo	3 635	3 721	3 741	3 749	3 754	3 758	3 761	3 761

Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional.

Nota: * Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

II.2 - Estimativas do Parque Habitacional – Alojamentos – 2001-2016

(Continua)

Unidade: Número

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Reg. Aut. Madeira	108 969	114 561	116 816	118 635	120 707	122 942	125 264	126 418
Calheta	6 960	6 982	6 997	7 016	7 044	7 040	7 103	7 154
Câmara de Lobos	11 499	11 980	12 312	12 477	12 632	12 802	12 953	13 103
Funchal	44 016	45 660	46 540	47 097	48 035	49 150	50 187	50 561
Machico	8 810	8 985	9 140	9 211	9 307	9 406	9 608	9 655
Ponta do Sol	4 076	4 279	4 330	4 371	4 412	4 462	4 483	4 561
Porto Moniz	1 660	1 920	1 939	1 946	1 964	1 917	1 925	1 946
Ribeira Brava	5 953	6 352	6 461	6 542	6 661	6 709	6 744	6 752
Santa Cruz	14 171	15 696	16 302	17 048	17 621	18 365	19 134	19 484
Santana	4 496	4 838	4 834	4 854	4 859	4 882	4 857	4 872
São Vicente	3 943	3 928	3 927	3 946	3 945	3 946	3 954	3 949
Porto Santo	3 385	3 941	4 034	4 127	4 227	4 263	4 316	4 381

II.2 – Estimativas do Parque Habitacional – Alojamentos – 2001-2016

(Continuação)

Unidade: Número

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015*	2016*
Reg. Aut. Madeira	127 573	128 905	129 580	129 942	130 332	130 532	130 764	130 897
Calheta	7 189	7 223	7 267	7 310	7 342	7 363	7 377	7 398
Câmara de Lobos	13 193	13 323	13 392	13 439	13 480	13 490	13 501	13 510
Funchal	51 109	51 775	52 020	52 161	52 383	52 467	52 630	52 692
Machico	9 802	9 841	9 871	9 893	9 908	9 917	9 921	9 925
Ponta do Sol	4 616	4 666	4 703	4 724	4 737	4 754	4 761	4 769
Porto Moniz	1 947	1 948	1 950	1 950	1 952	1 952	1 955	1 955
Ribeira Brava	6 774	6 799	6 833	6 842	6 862	6 867	6 873	6 879
Santa Cruz	19 683	20 074	20 233	20 271	20 292	20 328	20 342	20 359
Santana	4 866	4 843	4 861	4 869	4 878	4 883	4 886	4 888
São Vicente	3 940	3 944	3 960	3 985	3 992	4 001	4 005	4 009
Porto Santo	4 454	4 469	4 490	4 498	4 506	4 510	4 513	4 513

Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional.

Nota: * Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

II.3 - Estimativas do Parque Habitacional - Alojamentos segundo a Tipologia e o Tipo de Edifício - 2016*

Unidade: Número

	Total	Principalmente Residencial							Principalmente não Residencial						
		T0	T1	T2	T3	T4	T5+	n. e.	T0	T1	T2	T3	T4	T5+	n. e.
Reg. Aut. Madeira	130 897	2 697	14 073	29 718	25 992	11 013	9 755	36 674	44	196	193	114	61	49	318
Calheta	7 398	65	393	1 010	1 433	769	717	2 947	4	11	10	8	6	4	21
Câmara de Lobos	13 510	255	1 608	3 150	3 239	1 311	993	2 905	1	1	7	9	11	4	16
Funchal	52 692	1 493	6 859	13 606	10 259	3 980	3 618	12 375	28	154	115	55	15	14	121
Machico	9 925	149	833	2 214	2 307	939	869	2 576	0	1	9	6	2	4	16
Ponta do Sol	4 769	63	393	1 028	949	393	350	1 559	0	2	5	3	1	1	22
Porto Moniz	1 955	20	92	255	361	202	128	889	0	0	0	1	2	0	5
Ribeira Brava	6 879	146	627	1 321	1 340	644	503	2 288	0	1	0	1	3	0	5
Santa Cruz	20 359	349	2 467	5 200	4 019	1 645	1 411	5 127	9	15	26	19	10	10	52
Santana	4 888	54	278	687	901	492	568	1 862	2	7	7	4	7	7	12
São Vicente	4 009	41	241	568	593	385	411	1 704	0	4	10	6	3	1	42
Porto Santo	4 513	62	282	679	591	253	187	2 442	0	0	4	2	1	4	6

Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional.

Nota: n.e. - à data dos Censos, tratam-se de Alojamentos de Uso Sazonal, Residência Secundária ou Vagos.

* Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

II.4 - Estimativas do Parque Habitacional - Densidade de Edifícios e de Alojamentos – 2001, 2011 e 2016

Unidade: N°/Km²

	Edifícios			Alojamentos		
	2001	2011	2016*	2001	2011	2016*
Reg. Aut. Madeira	96,1	115,1	115,8	136,6	161,7	163,3
Calheta	53,9	62,4	63,5	60,2	65,2	66,3
Câmara de Lobos	172,3	198,6	200,0	221,9	257,0	258,8
Funchal	333,6	385,0	386,4	577,2	683,6	691,5
Machico	101,0	125,0	125,6	130,1	144,6	145,3
Ponta do Sol	84,0	93,8	95,0	93,1	101,8	103,2
Porto Moniz	18,0	22,0	22,1	20,6	23,5	23,6
Ribeira Brava	80,2	93,3	94,0	91,4	104,4	105,2
Santa Cruz	118,5	153,3	154,4	173,9	248,3	249,8
Santana	42,0	49,2	49,5	47,1	50,8	51,2
São Vicente	38,8	49,3	49,8	50,1	50,2	50,9
Porto Santo	51,0	87,8	87,5	82,5	105,4	105,0

Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional e Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção Geral do Território, Carta Administrativa Oficial de Portugal.

Notas: Rácio têm por base a Superfície (km²) do território regional por Localização Geográfica.

* Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

II.5 - Estimativas do Parque Habitacional - Número de Alojamentos por Edifício e Habitantes por Alojamento – 2001, 2011 e 2016

	2001	2011	2016*	2001	2011	2016*
	Nº de Alojamentos por Edifício			Nº de Habitantes por Alojamento		
Reg. Aut. Madeira	1,4	1,4	1,4	2,3	2,0	1,9
Calheta	1,1	1,0	1,0	1,7	1,6	1,5
Câmara de Lobos	1,3	1,3	1,3	3,0	2,6	2,5
Funchal	1,7	1,8	1,8	2,4	2,1	2,0
Machico	1,3	1,2	1,2	2,5	2,2	2,1
Ponta do Sol	1,1	1,1	1,1	2,0	1,9	1,8
Porto Moniz	1,1	1,1	1,1	1,8	1,4	1,2
Ribeira Brava	1,1	1,1	1,1	2,1	1,9	1,8
Santa Cruz	1,5	1,6	1,6	2,2	2,1	2,2
Santana	1,1	1,0	1,0	1,9	1,6	1,4
São Vicente	1,3	1,0	1,0	1,6	1,4	1,3
Porto Santo	1,6	1,2	1,2	1,4	1,2	1,1

Fonte: INE, Estimativas do Parque Habitacional, Estimativas Anuais da População Residente.

Nota: * Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas

II.6 - Edifícios Concluídos - 2010 a 2016

Unidade: Número

	2010		2011		2012		2013		2014		2015*		2016*	
	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar
Reg. Aut. Madeira	677	490	518	328	415	238	367	193	217	108	167	79	187	82
Calheta	56	51	42	34	42	41	30	30	22	21	17	14	23	21
Câmara de Lobos	83	58	53	37	47	26	59	37	24	10	18	11	14	7
Funchal	173	113	128	74	97	54	89	34	59	24	47	14	57	17
Machico	60	34	56	28	61	23	35	13	20	9	12	4	11	4
Ponta do Sol	61	33	70	36	54	21	42	14	23	4	24	8	35	8
Porto Moniz	1	1	2	2	0	0	2	2	0	0	3	3	0	0
Ribeira Brava	36	31	20	19	9	8	22	20	7	5	6	6	7	6
Santa Cruz	123	98	85	47	63	34	51	23	29	17	22	8	25	13
Santana	17	13	22	17	13	8	12	9	9	5	3	3	2	2
São Vicente	18	13	18	15	20	15	18	6	18	9	9	5	13	4
Porto Santo	49	45	22	19	9	8	7	5	6	4	6	3	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: * Informação com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

II.7 - Fogos Concluídos - 2010 a 2016

Unidade: Número

	2010		2011		2012		2013		2014		2015*		2016*	
	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar	Total	Construções Novas para Habitação Familiar
Reg. Aut. Madeira	1 844	1 734	732	648	433	361	486	359	266	169	293	85	199	134
Calheta	55	52	47	41	43	43	32	32	22	21	16	14	24	21
Câmara de Lobos	202	194	57	53	52	47	53	41	16	10	15	11	10	9
Funchal	922	898	279	248	162	141	259	188	112	54	189	14	91	62
Machico	98	51	42	29	36	22	28	15	11	9	9	4	7	5
Ponta do Sol	46	33	45	36	38	21	31	14	29	17	19	8	25	8
Porto Moniz	1	1	2	2	0	0	2	2	0	0	3	3	0	0
Ribeira Brava	37	34	32	31	10	9	20	20	7	5	6	6	6	6
Santa Cruz	388	383	163	153	45	37	29	23	45	35	24	14	28	17
Santana	18	16	22	17	12	8	12	9	10	5	3	3	2	2
São Vicente	14	13	19	16	27	25	10	7	10	9	5	5	6	4
Porto Santo	63	59	24	22	8	8	10	8	4	4	4	3	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das obras Concluídas.

Nota: * Informação com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

II.8 - Indicadores da Conclusão de Edifícios em Construções Novas para Habitação Familiar - 2016*

	Conclusão de Edifícios em Construções Novas para Habitação Familiar				
	Fogos por Edifício	Fogos por Piso	Pisos por Edifício	Divisões por Fogo	Superfície Média Habitável das Divisões
	Nº				m ²
Reg. Aut. Madeira	1,6	0,7	2,2	4,8	19,1
Calheta	1,0	0,5	1,9	5,4	17,8
Câmara de Lobos	1,3	0,5	2,4	4,9	18,2
Funchal	3,6	1,3	2,9	4,5	20,7
Machico	1,3	0,6	2,0	4,2	18,9
Ponta do Sol	1,0	0,5	2,0	4,8	17,0
Porto Moniz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ribeira Brava	1,0	0,5	1,8	4,3	14,3
Santa Cruz	1,3	0,6	2,1	5,2	20,7
Santana	1,0	0,7	1,5	7,5	14,1
São Vicente	1,0	0,4	2,3	6,0	15,6
Porto Santo	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: * Informação com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

II.9 - Edifícios Concluídos, segundo o Tipo de Obra - 2016*

Unidade: Número

	Total	Habitação Familiar	Alteração		Ampliação		Construção Nova		Reconstrução	
			Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar
Reg. Aut. Madeira	187	139	1	0	78	56	107	82	1	1
Calheta	23	23	0	0	2	2	21	21	0	0
Câmara de Lobos	14	9	0	0	3	2	11	7	0	0
Funchal	57	43	0	0	38	26	19	17	0	0
Machico	11	6	0	0	5	2	6	4	0	0
Ponta do Sol	35	26	1	0	19	17	14	8	1	1
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	7	6	0	0	0	0	7	6	0	0
Santa Cruz	25	18	0	0	8	5	17	13	0	0
Santana	2	2	0	0	0	0	2	2	0	0
São Vicente	13	6	0	0	3	2	10	4	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: * Informação com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

II.10 - Edifícios Concluídos em Construções Novas, segundo o Destino e Características - 2016* (Continua)

	Total						Habitação Familiar					
	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos			Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos		
				Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)				Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)
Reg. Aut. Madeira	107	228	108 153	134	12 424	649	82	179	30 199	134	12 424	649
Calheta	21	39	4 759	21	2 017	113	21	39	4 759	21	2 017	113
Câmara de Lobos	11	28	10 919	9	799	44	7	17	1 940	9	799	44
Funchal	19	51	15 322	62	5 787	280	17	49	15 188	62	5 787	280
Machico	6	12	6 876	5	396	21	4	8	774	5	396	21
Ponta do Sol	14	23	2 210	8	647	38	8	16	1 515	8	647	38
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	7	16	2 927	6	372	26	6	11	865	6	372	26
Santa Cruz	17	41	63 155	17	1 819	88	13	27	3 612	17	1 819	88
Santana	2	3	376	2	212	15	2	3	376	2	212	15
São Vicente	10	15	1 609	4	375	24	4	9	1 170	4	375	24
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

II.10 - Edifícios Concluídos em Construções Novas, segundo o Destino e Características - 2016*
(Continuação)

	Agricultura e Pescas			Indústria			Turismo		
	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)
Reg. Aut. Madeira	11	12	594	1	1	47	2	12	59 460
Calheta	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmara de Lobos	1	1	67	0	0	0	0	0	0
Funchal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Machico	0	0	0	0	0	0	1	1	160
Ponta do Sol	4	5	298	1	1	47	0	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz	1	1	40	0	0	0	1	11	59 300
Santana	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente	5	5	189	0	0	0	0	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0

II.10 - Edifícios Concluídos em Construções Novas, segundo o Destino e Características - 2016*
(Continuação)

	Outros Serviços			Outros Destinos		
	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)
Reg. Aut. Madeira	5	18	16 774	6	6	1 079
Calheta	0	0	0	0	0	0
Câmara de Lobos	2	9	8 520	1	1	392
Funchal	0	0	0	2	2	134
Machico	1	3	5 942	0	0	0
Ponta do Sol	0	0	0	1	1	350
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	1	5	2 062	0	0	0
Santa Cruz	0	0	0	2	2	203
Santana	0	0	0	0	0	0
São Vicente	1	1	250	0	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: Outros Serviços inclui Serviços Comerciais, Serviços de Transporte e Comunicações e Serviços não Mercantis.

Outros Destinos inclui Convivências e Uso Geral.

* Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

II.11 - Edifícios Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Tipo de Edifício - 2016*

Unidade: Número

	Total	Edifício Principalmente Residencial com Um Alojamento	Edifício Principalmente Residencial com Dois Alojamentos	Edifício Principalmente Residencial com Três ou mais Alojamentos
Reg. Aut. Madeira	82	72	6	4
Calheta	21	21	0	0
Câmara de Lobos	7	6	0	1
Funchal	17	11	4	2
Machico	4	3	1	0
Ponta do Sol	8	8	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0
Ribeira Brava	6	6	0	0
Santa Cruz	13	11	1	1
Santana	2	2	0	0
São Vicente	4	4	0	0
Porto Santo	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Notas: O total corresponde a Edifícios principalmente residenciais, Edifícios de habitação em convivência e Edifícios principalmente não residenciais.

* Informação com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

II.12 - Edifícios Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Pisos e Características - 2016* (Continua)

	Total					1 a 4 Pavimentos				
	Edifícios (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos			Edifícios (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos		
			Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)			Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)
Reg. Aut. Madeira	82	30 199	134	12 424	649	78	18 933	89	8 148	440
Calheta	21	4 759	21	2 017	113	21	4 759	21	2 017	113
Câmara de Lobos	7	1 940	9	799	44	6	1 737	8	735	39
Funchal	17	15 188	62	5 787	280	15	4 359	19	1 672	81
Machico	4	774	5	396	21	4	774	5	396	21
Ponta do Sol	8	1 515	8	647	38	8	1 515	8	647	38
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	6	865	6	372	26	6	865	6	372	26
Santa Cruz	13	3 612	17	1 819	88	12	3 378	16	1 722	83
Santana	2	376	2	212	15	2	376	2	212	15
São Vicente	4	1 170	4	375	24	4	1 170	4	375	24
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

II.12 - Edifícios Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Pisos e Características - 2016*

(Continuação)

	5 a 10 Pavimentos					+ 10 Pavimentos				
	Edifícios (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos			Edifícios (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos		
			Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)			Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)
Reg. Aut. Madeira	2	10 829	43	4 115	199	0	0	0	0	0
Calheta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmara de Lobos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Funchal	2	10 829	43	4 115	199	0	0	0	0	0
Machico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta do Sol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

II.12 - Edifícios Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Pisos e Características - 2016*

(Continuação)

	n. esp.				
	Edifícios (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos		
			Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)
Reg. Aut. Madeira	2	437	2	161	10
Calheta	0	0	0	0	0
Câmara de Lobos	1	203	1	64	5
Funchal	0	0	0	0	0
Machico	0	0	0	0	0
Ponta do Sol	0	0	0	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	0	0	0	0	0
Santa Cruz	1	234	1	97	5
Santana	0	0	0	0	0
São Vicente	0	0	0	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: * Informação com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

II.13 - Edifícios e Fogos Concluídos em Construções Novas, segundo a Entidade Promotora - 2016*
(Continua)

Unidade: Número

	Total			Pessoa Singular			Administração Pública		
	Edifícios	Habitação Familiar		Edifícios	Habitação Familiar		Edifícios	Habitação Familiar	
		Edifícios	Fogos		Edifícios	Fogos		Edifícios	Fogos
Reg. Aut. Madeira	107	82	134	52	44	50	0	0	0
Calheta	21	21	21	7	7	7	0	0	0
Câmara de Lobos	11	7	9	8	6	8	0	0	0
Funchal	19	17	62	11	9	12	0	0	0
Machico	6	4	5	4	3	4	0	0	0
Ponta do Sol	14	8	8	5	5	5	0	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	7	6	6	3	3	3	0	0	0
Santa Cruz	17	13	17	8	7	7	0	0	0
Santana	2	2	2	2	2	2	0	0	0
São Vicente	10	4	4	4	2	2	0	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0

II.13 - Edifícios e Fogos Concluídos em Construções Novas, segundo a Entidade Promotora - 2016*
(Continuação)

Unidade: Número

	Empresa Privada			Outras Entidades		
	Edifícios	Habitação Familiar		Edifícios	Habitação Familiar	
		Edifícios	Fogos		Edifícios	Fogos
Reg. Aut. Madeira	7	3	3	48	35	81
Calheta	2	2	2	12	12	12
Câmara de Lobos	1	0	0	2	1	1
Funchal	1	1	1	7	7	49
Machico	0	0	0	2	1	1
Ponta do Sol	0	0	0	9	3	3
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	0	0	0	4	3	3
Santa Cruz	3	0	0	6	6	10
Santana	0	0	0	0	0	0
São Vicente	0	0	0	6	2	2
Porto Santo	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Notas: A rubrica Administração Pública inclui: Administração Central, Regional, Local e Empresas de Serviço Público

A rubrica Outras Entidades inclui: as Cooperativas de Habitação e as Instituições sem fins Lucrativos.

* Informação com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

II.14 - Fogos Concluídos, segundo o Tipo e Destino de Obra – 2016*

Unidade: Número

	Fogos		Alteração e Ampliação		Construção Nova		Reconstrução	
	Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar
Reg. Aut. Madeira	199	200	64	65	134	134	1	1
Calheta	24	24	3	3	21	21	0	0
Câmara de Lobos	10	10	1	1	9	9	0	0
Funchal	91	91	29	29	62	62	0	0
Machico	7	7	2	2	5	5	0	0
Ponta do Sol	25	26	16	17	8	8	1	1
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	6	6	0	0	6	6	0	0
Santa Cruz	28	28	11	11	17	17	0	0
Santana	2	2	0	0	2	2	0	0
São Vicente	6	6	2	2	4	4	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: * Informação com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

II.15 - Fogos Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo a Tipologia - 2016*

(Continua)

Unidade: Número

	Total					Edifício Principalmente Residencial com Um Alojamento				
	Total	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou +	Total	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou +
Reg. Aut. Madeira	134	12	42	68	12	72	7	15	46	4
Calheta	21	3	6	10	2	21	3	6	10	2
Câmara de Lobos	9	0	3	6	0	6	0	0	6	0
Funchal	62	5	26	22	9	11	2	2	6	1
Machico	5	2	0	3	0	3	0	0	3	0
Ponta do Sol	8	0	3	5	0	8	0	3	5	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	6	2	1	3	0	6	2	1	3	0
Santa Cruz	17	0	1	16	0	11	0	1	10	0
Santana	2	0	1	0	1	2	0	1	0	1
São Vicente	4	0	1	3	0	4	0	1	3	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

II.15 - Fogos Concluídos em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo a Tipologia - 2016* (Continuação)

Unidade: Número

	Edifício Principalmente Residencial com Dois Alojamentos					Edifício Principalmente Residencial com Três ou mais Alojamentos				
	Total	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou +	Total	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou +
Reg. Aut. Madeira	12	4	5	3	0	50	1	22	19	8
Calheta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmara de Lobos	0	0	0	0	0	3	0	3	0	0
Funchal	8	2	5	1	0	43	1	19	15	8
Machico	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta do Sol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz	2	0	0	2	0	4	0	0	4	0
Santana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Notas: O total corresponde a Edifícios principalmente residenciais com 1, 2 e 3 ou mais alojamentos, Edifícios de habitação em convivência e Edifícios principalmente não residenciais.

* Informação com base nas Estimativas de Obras Concluídas.

II.16 - Prazo de Execução Efetivo das Obras Concluídas, segundo o Tipo de Obra – 2016

Unidade: Meses

	Prazo de Execução Efetivo				
	Total	Construção Nova	Ampliação	Alteração	Reconstrução
	Duração Média				
Reg. Aut. Madeira	18	22	14	1	//
Calheta	23	24	10	0	//
Câmara de Lobos	18	16	23	0	//
Funchal	17	24	13	0	//
Machico	20	17	29	0	//
Ponta do Sol	7	10	6	1	//
Porto Moniz	0	0	0	0	//
Ribeira Brava	38	38	0	0	//
Santa Cruz	26	25	28	0	//
Santana	0	0	0	0	//
São Vicente	23	27	15	0	//
Porto Santo	0	0	0	0	//

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: Informação com base nos dados declarados das obras Concluídas.

II.17 - Prazo de Execução Efetivo das Obras Concluídas, segundo o Tipo de Edifício – 2016

Unidade: Meses

	Prazo de Execução Efetivo			
	Edifício Principalmente Residencial com Um Alojamento	Edifício Principalmente Residencial com Dois Alojamentos	Edifício Principalmente Residencial com Três ou mais Alojamentos	Edifício Principalmente não Residencial
	Duração Média			
Reg. Aut. Madeira	21	17	16	14
Calheta	25	8	0	0
Câmara de Lobos	15	60	12	12
Funchal	18	15	13	15
Machico	34	10	0	14
Ponta do Sol	9	0	0	2
Porto Moniz	0	0	0	0
Ribeira Brava	42	0	0	6
Santa Cruz	29	24	27	18
Santana	0	0	0	0
São Vicente	17	0	0	28
Porto Santo	0	0	0	0

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: Informação com base nos dados declarados das obras Concluídas.

II.18 - Prazo de Execução Efetivo das Obras Concluídas, em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Fogos do Edifício – 2016

Unidade: Meses

	Prazo de Execução Efetivo					
	1 Fogo	2 Fogos	De 3 a 10 Fogos	De 11 a 20 Fogos	De 21 a 30 Fogos	Mais de 30 Fogos
	Duração Média					
Reg. Aut. Madeira	26	24	39	18	14	//
Calheta	26	8	0	0	0	//
Câmara de Lobos	12	60	12	0	0	//
Funchal	23	26	78	18	14	//
Machico	34	10	0	0	0	//
Ponta do Sol	16	0	0	0	0	//
Porto Moniz	0	0	0	0	0	//
Ribeira Brava	42	0	0	0	0	//
Santa Cruz	28	24	27	0	0	//
Santana	0	0	0	0	0	//
São Vicente	22	0	0	0	0	//
Porto Santo	0	0	0	0	0	//

Fonte: INE, Estatísticas das Obras Concluídas.

Nota: Informação com base nos dados declarados das obras Concluídas.

II.19 - Edifícios Licenciados - 2010 a 2016

Unidade: Número

	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar
Reg. Aut. Madeira	543	334	508	289	341	168	273	114	211	88	227	102	248	116
Calheta	44	40	42	40	22	22	26	23	17	11	25	23	34	29
Câmara de Lobos	77	48	41	26	41	22	38	15	27	11	17	12	15	7
Funchal	129	71	116	61	86	39	75	24	55	15	65	18	81	26
Machico	50	27	66	24	48	13	23	7	22	5	16	4	14	5
Ponta do Sol	57	21	74	36	42	15	30	7	30	12	42	13	42	12
Porto Moniz	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0
Ribeira Brava	34	31	23	23	7	5	14	10	5	5	9	7	14	13
Santa Cruz	87	51	83	40	54	25	34	13	32	15	28	14	32	13
Santana	11	7	23	11	12	8	6	2	5	5	5	5	4	4
São Vicente	19	16	18	10	23	16	19	6	14	6	14	3	7	3
Porto Santo	33	20	21	17	5	2	7	6	3	2	5	2	5	4

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

II.20 - Fogos Licenciados - 2010 a 2016

Unidade: Número

	2010		2011		2012		2013		2014		2015		2016	
	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar	Total	Construção Nova para Habitação Familiar
Reg. Aut. Madeira	635	509	639	484	324	243	237	131	221	139	204	110	294	187
Calheta	59	50	42	41	22	22	26	23	16	11	26	24	43	37
Câmara de Lobos	84	75	48	48	27	25	31	15	17	11	17	15	10	7
Funchal	241	179	264	173	138	103	67	26	94	57	68	21	138	82
Machico	40	29	44	24	27	13	14	7	8	5	11	5	9	5
Ponta do Sol	39	21	52	39	37	20	30	15	25	12	35	13	35	15
Porto Moniz	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0
Ribeira Brava	45	44	23	23	5	5	14	10	5	5	7	7	15	14
Santa Cruz	68	60	80	67	35	28	33	19	39	24	23	14	28	14
Santana	12	7	19	11	12	8	6	2	5	5	5	5	4	4
São Vicente	17	17	15	10	16	16	8	6	8	6	8	3	5	3
Porto Santo	28	25	51	47	4	2	7	7	3	2	3	2	7	6

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

II.21 - Indicadores do Licenciamento de Edifícios em Construções Novas para Habitação Familiar – 2016

	Licenciamento de Construções Novas para Habitação Familiar				
	Fogos por Edifício	Fogos por Piso	Pisos por Edifício	Divisões por Fogo	Superfície Média Habitável das Divisões
	Nº				
Reg. Aut. Madeira	1,6	0,8	2,0	4,5	19,5
Calheta	1,3	0,8	1,7	4,2	21,5
Câmara de Lobos	1,0	0,4	2,3	4,4	17,5
Funchal	3,2	1,2	2,6	4,3	19,6
Machico	1,0	0,5	2,0	4,8	17,8
Ponta do Sol	1,3	0,5	2,3	5,0	18,2
Porto Moniz	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Ribeira Brava	1,1	0,6	1,8	4,6	17,2
Santa Cruz	1,1	0,6	1,8	5,1	18,9
Santana	1,0	0,6	1,8	6,8	17,3
São Vicente	1,0	0,5	2,0	4,7	29,5
Porto Santo	1,5	1,0	1,5	4,2	17,8

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

II.22 - Edifícios Licenciados, segundo o Tipo e Destino de Obra – 2016

	Unidade: Número								
	Total	Habitação Familiar	Alterações e Ampliações		Construções Novas		Reconstruções		Demolições
			Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar	Total
Reg. Aut. Madeira	248	202	106	86	138	116	0	0	4
Calheta	34	34	5	5	29	29	0	0	0
Câmara de Lobos	15	10	3	3	12	7	0	0	0
Funchal	81	66	51	40	30	26	0	0	0
Machico	14	9	6	4	8	5	0	0	0
Ponta do Sol	42	29	20	17	18	12	0	0	4
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	14	14	1	1	13	13	0	0	0
Santa Cruz	32	26	17	13	15	13	0	0	0
Santana	4	4	0	0	4	4	0	0	0
São Vicente	7	5	2	2	5	3	0	0	0
Porto Santo	5	5	1	1	4	4	0	0	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

II.23 - Edifícios Licenciados em Construções Novas, segundo o Destino e Características – 2016
(Continua)

	Total						Habitação Familiar					
	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos			Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos		
				Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)				Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)
Reg. Aut. Madeira	138	263	45 789	190	17 002	850	116	236	41 297	187	16 474	845
Calheta	29	49	6 442	37	3 350	156	29	49	6 442	37	3 350	156
Câmara de Lobos	12	21	2 969	7	542	31	7	16	1 833	7	542	31
Funchal	30	73	21 718	85	7 511	361	26	67	20 496	82	6 983	356
Machico	8	13	1 243	5	427	24	5	10	1 018	5	427	24
Ponta do Sol	18	35	4 237	15	1 367	75	12	28	3 393	15	1 367	75
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	13	24	2 510	14	1 115	65	13	24	2 510	14	1 115	65
Santa Cruz	15	26	3 121	14	1 364	72	13	23	2 881	14	1 364	72
Santana	4	7	1 034	4	468	27	4	7	1 034	4	468	27
São Vicente	5	9	1 735	3	413	14	3	6	910	3	413	14
Porto Santo	4	6	780	6	445	25	4	6	780	6	445	25

II.23 - Edifícios Licenciados em Construções Novas, segundo o Destino e Características – 2016
(Continuação)

	Agricultura e Pescas			Indústria			Turismo		
	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)
Reg. Aut. Madeira	6	8	525	1	1	47	1	1	160
Calheta	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmara de Lobos	1	1	127	0	0	0	0	0	0
Funchal	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Machico	0	0	0	0	0	0	1	1	160
Ponta do Sol	3	4	249	1	1	47	0	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz	1	2	99	0	0	0	0	0	0
Santana	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente	1	1	50	0	0	0	0	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0

II.23 - Edifícios Licenciados em Construções Novas, segundo o Destino e Características – 2016 (Continuação)

	Outros Serviços			Outros Destinos		
	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Edifícios (Nº)	Pisos (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)
Reg. Aut. Madeira	1	2	775	13	15	2 985
Calheta	0	0	0	0	0	0
Câmara de Lobos	0	0	0	4	4	1 009
Funchal	0	0	0	4	6	1 222
Machico	0	0	0	2	2	65
Ponta do Sol	0	0	0	2	2	548
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz	0	0	0	1	1	141
Santana	0	0	0	0	0	0
São Vicente	1	2	775	0	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

Notas: Outros Serviço inclui Serviços Comerciais, Serviços de Transporte e Comunicações e Serviços não Mercantis.

Outros Destinos inclui Convivências e Uso Geral.

II.24 - Edifícios Licenciados em Construções Novas, segundo o Tipo de Edifício – 2016

	Total	Unidade: Número		
		Edifício Principalmente Residencial com Um Alojamento	Edifício Principalmente Residencial com Dois Alojamentos	Edifício Principalmente Residencial com Três ou mais Alojamentos
Reg. Aut. Madeira	138	100	12	4
Calheta	29	24	4	1
Câmara de Lobos	12	7	0	0
Funchal	30	22	1	3
Machico	8	5	0	0
Ponta do Sol	18	9	3	0
Porto Moniz	0	0	0	0
Ribeira Brava	13	12	1	0
Santa Cruz	15	12	1	0
Santana	4	4	0	0
São Vicente	5	3	0	0
Porto Santo	4	2	2	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

Nota: O total corresponde a Edifícios principalmente residenciais com 1, 2 e 3 ou mais alojamentos, Edifícios de habitação em convivência e Edifícios principalmente não residenciais.

II.25 - Edifícios Licenciados em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Pisos e Características – 2016
(Continua)

	Total					1 a 4 Pisos				
	Edifícios (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos			Edifícios (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos		
			Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)			Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)
Reg. Aut. Madeira	116	41 297	187	16 474	845	113	25 995	129	11 801	593
Calheta	29	6 442	37	3 350	156	29	6 442	37	3 350	156
Câmara de Lobos	7	1 833	7	542	31	7	1 833	7	542	31
Funchal	26	20 496	82	6 983	356	23	5 194	24	2 310	104
Machico	5	1 018	5	427	24	5	1 018	5	427	24
Ponta do Sol	12	3 393	15	1 367	75	12	3 393	15	1 367	75
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	13	2 510	14	1 115	65	13	2 510	14	1 115	65
Santa Cruz	13	2 881	14	1 364	72	13	2 881	14	1 364	72
Santana	4	1 034	4	468	27	4	1 034	4	468	27
São Vicente	3	910	3	413	14	3	910	3	413	14
Porto Santo	4	780	6	445	25	4	780	6	445	25

II.25 - Edifícios Licenciados em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Pisos e Características – 2016
(Continuação)

	5 a 10 Pisos					+ 10 Pisos				
	Edifícios (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos			Edifícios (Nº)	Superfície dos Pisos (m ²)	Fogos		
			Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)			Total (Nº)	Sup. Habitável (m ²)	Divisões (Nº)
Reg. Aut. Madeira	3	15 302	58	4 673	252	0	0	0	0	0
Calheta	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Câmara de Lobos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Funchal	3	15 302	58	4 673	252	0	0	0	0	0
Machico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta do Sol	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Santana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

II.26 - Edifícios e Fogos Licenciados em Construções Novas, segundo a Entidade Promotora – 2016 (Continua)

Unidade: Número

	Total			Pessoa Singular			Administração Pública		
	Edifícios	Habitação Familiar		Edifícios	Habitação Familiar		Edifícios	Habitação Familiar	
		Edifícios	Fogos		Edifícios	Fogos		Edifícios	Fogos
Reg. Aut. Madeira	138	116	187	122	102	114	1	1	1
Calheta	29	29	37	25	25	31	0	0	0
Câmara de Lobos	12	7	7	12	7	7	0	0	0
Funchal	30	26	82	25	22	23	0	0	0
Machico	8	5	5	8	5	5	0	0	0
Ponta do Sol	18	12	15	15	9	11	0	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	13	13	14	12	12	12	0	0	0
Santa Cruz	15	13	14	12	11	12	1	1	1
Santana	4	4	4	4	4	4	0	0	0
São Vicente	5	3	3	5	3	3	0	0	0
Porto Santo	4	4	6	4	4	6	0	0	0

II.26 - Edifícios e Fogos Licenciados em Construções Novas, segundo a Entidade Promotora – 2016 (Continuação)

Unidade: Número

	Empresa Privada			Outras Entidades		
	Edifícios	Habitação Familiar		Edifícios	Habitação Familiar	
		Edifícios	Fogos		Edifícios	Fogos
Reg. Aut. Madeira	15	13	72	0	0	0
Calheta	4	4	6	0	0	0
Câmara de Lobos	0	0	0	0	0	0
Funchal	5	4	59	0	0	0
Machico	0	0	0	0	0	0
Ponta do Sol	3	3	4	0	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	1	1	2	0	0	0
Santa Cruz	2	1	1	0	0	0
Santana	0	0	0	0	0	0
São Vicente	0	0	0	0	0	0
Porto Santo	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

Notas: A rubrica Administração Pública inclui a Administração Central, Regional, Local e Empresas de Serviço Público.

A rubrica Outras Entidades inclui as Cooperativas de Habitação e Instituições sem Fins Lucrativos.

II.27 - Fogos Licenciados, segundo o Tipo e Destino de Obra – 2016

Unidade: Número

	Fogos		Alteração e Ampliação		Construção Nova		Reconstrução		Demolição
	Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar	Total	Habitação Familiar	Total
Reg. Aut. Madeira	294	287	100	100	190	187	0	0	4
Calheta	43	43	6	6	37	37	0	0	0
Câmara de Lobos	10	10	3	3	7	7	0	0	0
Funchal	138	135	53	53	85	82	0	0	0
Machico	9	9	4	4	5	5	0	0	0
Ponta do Sol	35	32	16	17	15	15	0	0	4
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	15	15	1	1	14	14	0	0	0
Santa Cruz	28	27	14	13	14	14	0	0	0
Santana	4	4	0	0	4	4	0	0	0
São Vicente	5	5	2	2	3	3	0	0	0
Porto Santo	7	7	1	1	6	6	0	0	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

II.28 - Fogos Licenciados em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo a Tipologia – 2016

(Continua)

Unidade: Número

	Total					Edifício Principalmente Residencial com Um Alojamento				
	Total	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou +	Total	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou +
Reg. Aut. Madeira	187	27	51	98	11	100	10	25	56	9
Calheta	37	10	6	16	5	24	2	5	14	3
Câmara de Lobos	7	0	2	5	0	7	0	2	5	0
Funchal	82	12	30	38	2	22	4	6	10	2
Machico	5	0	2	2	1	5	0	2	2	1
Ponta do Sol	15	0	3	11	1	9	0	3	5	1
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	14	3	2	9	0	12	3	2	7	0
Santa Cruz	14	1	2	10	1	12	1	2	8	1
Santana	4	0	2	1	1	4	0	2	1	1
São Vicente	3	0	1	2	0	3	0	1	2	0
Porto Santo	6	1	1	4	0	2	0	0	2	0

II.28 - Fogos Licenciados em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo a Tipologia – 2016

(Continuação)

Unidade: Número

	Edifício Principalmente Residencial com Dois Alojamentos					Edifício Principalmente Residencial com Três ou mais Alojamentos				
	Total	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou +	Total	T0 ou T1	T2	T3	T4 ou +
Reg. Aut. Madeira	24	5	3	14	2	63	12	23	28	0
Calheta	8	4	0	2	2	5	4	1	0	0
Câmara de Lobos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Funchal	2	0	2	0	0	58	8	22	28	0
Machico	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ponta do Sol	6	0	0	6	0	0	0	0	0	0
Porto Moniz	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ribeira Brava	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Santa Cruz	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Santana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
São Vicente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Santo	4	1	1	2	0	0	0	0	0	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

II.29 - Prazo de Execução Previsto das Obras Licenciadas, segundo o Tipo de Obra – 2016

Unidade: Meses

	Prazo de Execução Previsto					
	Total	Construção Nova	Ampliação	Alteração	Reconstrução	Demolição
	Duração Média					
Reg. Aut. Madeira	11	12	9	6	//	24
Calheta	14	14	13	0	//	0
Câmara de Lobos	7	7	8	0	//	0
Funchal	8	10	8	0	//	0
Machico	8	9	7	0	//	0
Ponta do Sol	13	14	11	6	//	24
Porto Moniz	0	0	0	0	//	0
Ribeira Brava	20	19	24	0	//	0
Santa Cruz	9	12	7	0	//	0
Santana	10	10	0	0	//	0
São Vicente	12	12	12	0	//	0
Porto Santo	10	9	12	0	//	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

II.30 - Prazo de Execução Previsto das Obras Licenciadas, segundo o Tipo de Edifício – 2016

Unidade: Meses

	Prazo de Execução Previsto			
	Edifício Principalmente Residencial com Um Alojamento	Edifício Principalmente Residencial com Dois Alojamentos	Edifício Principalmente Residencial com Três ou mais Alojamentos	Edifício Principalmente não Residencial
	Duração Média			
Reg. Aut. Madeira	12	10	13	5
Calheta	13	15	12	0
Câmara de Lobos	9	0	0	3
Funchal	9	6	13	5
Machico	11	0	0	3
Ponta do Sol	15	12	0	7
Porto Moniz	0	0	0	0
Ribeira Brava	20	12	0	0
Santa Cruz	11	9	0	4
Santana	10	0	0	0
São Vicente	12	0	0	12
Porto Santo	10	9	0	0

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

II.31 - Prazo de Execução Previsto das Obras Licenciadas em Construções Novas para Habitação Familiar, segundo o Número de Fogos do Edifício – 2016

Unidade: Meses

	Prazo de Execução Previsto					
	1 Fogo	2 Fogos	De 3 a 10 Fogos	De 11 a 20 Fogos	De 21 a 30 Fogos	Mais de 30 Fogos
	Duração Média					
Reg. Aut. Madeira	13	12	12	//	16	//
Calheta	14	14	12	//	0	//
Câmara de Lobos	10	0	0	//	0	//
Funchal	10	12	12	//	16	//
Machico	12	0	0	//	0	//
Ponta do Sol	20	12	0	//	0	//
Porto Moniz	0	0	0	//	0	//
Ribeira Brava	20	12	0	//	0	//
Santa Cruz	13	9	0	//	0	//
Santana	10	0	0	//	0	//
São Vicente	12	0	0	//	0	//
Porto Santo	9	9	0	//	0	//

Fonte: INE, Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios.

II.32 – Operações sobre Imóveis – Principais Indicadores – 2015

Unidade: Euros

	Valor Médio dos Prédios										Crédito Hipotecário Concedido a Pessoas Singulares por Habitante
	Transacionados					Hipotecados					
	Total	dos quais:				Total	dos quais:				
		Urbanos		Rústicos	Mistos		Urbanos		Rústicos	Mistos	
Total		Em Propriedade Horizontal	Total				Em Propriedade Horizontal				
Reg. Aut. Madeira	67 130	97 484	88 658	11 285	67 646	196 113	208 103	104 375	61 616	160 829	225
Calheta	27 086	85 570	67 985	12 444	54 896	77 032	96 333	98 333	26 651	118 250	158
Câmara de Lobos	78 108	137 156	78 130	11 491	61 923	89 339	99 859	102 105	13 889	133 333	121
Funchal	101 626	105 936	94 552	24 064	120 076	302 388	302 123	114 733	344 750	293 625	344
Machico	39 766	63 670	70 236	3 218	47 934	77 761	78 436	88 418	70 000	0	82
Ponta do Sol	29 423	72 808	74 065	6 922	76 624	48 719	47 121	16 750	50 583	0	55
Porto Moniz	10 449	40 854	64 500	2 158	17 345	74 375	74 167	60 000	75 000	0	176
Ribeira Brava	22 656	55 287	50 111	6 182	24 029	97 367	85 936	94 556	197 500	80 000	103
Santa Cruz	71 933	87 175	79 098	15 097	63 988	83 935	90 782	90 618	10 000	81 500	196
Santana	10 150	32 715	39 645	2 907	50 167	61 699	57 923	32 250	90 000	64 855	193
São Vicente	48 461	82 375	116 417	17 209	53 392	83 717	67 289	112 500	190 000	104 500	103
Porto Santo	78 897	80 781	72 767	63 630	0	98 303	96 631	52 125	75 027	150 000	231

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

II.33 – Contratos de Compra e Venda de Prédios, segundo o Tipo de Prédio – 2015

	Total		Rústicos		Urbanos				Mistos	
	Nº	10 ³ Euros	Nº	10 ³ Euros	Total		Em Propriedade Horizontal		Nº	10 ³ Euros
					Nº	10 ³ Euros	Nº	10 ³ Euros		
Reg. Aut. Madeira	3 674	246 635	1 255	14 163	2 307	224 896	1 477	130 947	112	7 576
Calheta	632	17 118	500	6 222	119	10 183	20	1 360	13	714
Câmara de Lobos	220	17 184	92	1 057	109	14 950	71	5 547	19	1 177
Funchal	1 470	149 391	81	1 949	1 368	144 920	994	93 985	21	2 522
Machico	126	5 011	48	154	71	4 521	30	2 107	7	336
Ponta do Sol	140	4 119	93	644	33	2 403	7	518	14	1 073
Porto Moniz	67	700	49	106	12	490	2	129	6	104
Ribeira Brava	252	5 709	163	1 008	82	4 534	18	902	7	168
Santa Cruz	491	35 319	99	1 495	377	32 865	299	23 650	15	960
Santana	106	1 076	82	238	21	687	4	159	3	151
São Vicente	79	3 828	38	654	34	2 801	6	699	7	374
Porto Santo	91	7 180	10	636	81	6 543	26	1 892	0	0

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

Nota: Os valores são apresentados segundo o local do imóvel e incluem apenas os contratos de compra e venda celebrados em Portugal e referentes a prédios localizados em território nacional.

II.34 – Contratos de Mútuo com Hipoteca Voluntária – Prédios Hipotecados, segundo Tipo de Prédio – 2015

	Total		Rústicos		Urbanos				Mistos	
	Nº	10 ³ Euros	Nº	10 ³ Euros	Total		Em Propriedade Horizontal		Nº	10 ³ Euros
					Nº	10 ³ Euros	Nº	10 ³ Euros		
Reg. Aut. Madeira	750	147 085	53	3 266	671	139 637	411	42 898	26	4 182
Calheta	46	3 543	14	373	28	2 697	3	295	4	473
Câmara de Lobos	64	5 718	9	125	52	5 193	35	3 574	3	400
Funchal	387	117 024	4	1 379	375	113 296	239	27 421	8	2 349
Machico	25	1 944	2	140	23	1 804	7	619	0	0
Ponta do Sol	13	633	6	304	7	330	4	67	0	0
Porto Moniz	4	298	1	75	3	223	1	60	0	0
Ribeira Brava	19	1 850	2	395	16	1 375	3	284	1	80
Santa Cruz	147	12 338	12	120	131	11 892	110	9 968	4	326
Santana	14	864	1	90	10	579	2	65	3	195
São Vicente	12	1 005	1	190	9	606	3	338	2	209
Porto Santo	19	1 868	1	75	17	1 643	4	209	1	150

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

Nota: Os valores são apresentados segundo o local do imóvel e incluem apenas os contratos de hipoteca celebrados em Portugal e referentes a prédios localizados em território nacional.

II.35 – Contratos de Mútuo com Hipoteca Voluntária – Crédito Hipotecário Concedido, segundo a Residência dos Intervenientes - 2013 a 2015

Unidade: Milhares de Euros

	Credores			Devedores		
	2013	2014	2015	2013	2014	2015
Reg. Aut. Madeira	55 870	46 319	46 004	80 192	66 565	103 092
Calheta	18	130	300	957	1 075	2 021
Câmara de Lobos	7	54	727	3 337	2 252	4 978
Funchal	54 228	45 569	44 155	58 443	44 204	79 831
Machico	181	114	253	1 957	1 387	1 830
Ponta do Sol	136	0	0	1 334	771	471
Porto Moniz	55	0	0	525	138	426
Ribeira Brava	669	150	290	1 064	801	1 326
Santa Cruz	421	152	279	9 147	13 360	8 779
Santana	80	0	0	1 416	1 025	1 398
São Vicente	15	0	0	1 147	886	539
Porto Santo	59	150	0	866	666	1 494

Fonte: Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça

Nota: Os valores são apresentados segundo o domicílio do credor/devedor.

II.36 – Inquérito Anual às Empresas de Construção – Valor dos Trabalhos Realizados por Empresas com 20 e Mais Pessoas ao Serviço, por Tipo de Obra – 2015

Unidade: Euros	
	2015
Edifícios	48 690 884
Edifícios residenciais	13 175 040
Com um só fogo	2 698 874
Com dois ou mais fogos	2 129 001
Alojamento coletivo	8 347 165
Edifícios não residenciais	35 515 843
Edifícios de hotelaria e similares e edifícios de restauração e bebidas	16 194 975
Edifícios da administração, de instituições financeiras, dos correios e de serviços similares	2 111 994
Edifícios de comércio por grosso e a retalho	1 606 481
Edifícios e instalações para os transportes e comunicações	33 474
Edifícios industriais e de armazenagem	1 424 226
Edifícios para fins culturais, recreativos, educativos, de saúde e de ação social	8 344 735
Outros edifícios não residenciais	5 799 958
Obras de engenharia civil	204 287 757
Infraestruturas de transportes (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo), barragens e sistemas de irrigação	156 014 879
Autoestradas, estradas, ruas e caminhos	112 383 825
Caminhos-de-ferro, vias férreas e infraestruturas para o seu funcionamento e metropolitano	53 054
Pistas de aviação e infraestruturas para o seu funcionamento	1 466 305
Pontes, viadutos e túneis (obras de arte)	33 154 133
Obras portuárias, canais navegáveis, barragens e sistemas de irrigação	8 957 562
Condutas, linhas de comunicação e de transporte de energia	12 238 118
Condutas de longa distância, linhas de comunicação e de transporte de energia	8 400 750
Condutas e cabos urbanos locais	3 837 368
Instalações e construções em zonas industriais	2 375 962
Outras obras de engenharia civil	33 658 798
Construções para fins desportivos ou recreativos	9 203 608
Outras obras de engenharia civil n.e.	24 455 190
Total	252 978 641

Fonte: INE, Inquérito Anual às Empresas de Construção.

Notas: Inquérito amostral, valores extrapolados.

Os valores apresentados têm por base a sede da empresa e não o local da obra.

Por questões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

II.37 - Inquérito Anual às Empresas de Construção – Estrutura do Valor dos Trabalhos Realizados por Empresas com 20 e Mais Pessoas ao Serviço, por Tipo de Obra – 2015

	Unidade: %
	2015
Edifícios	19,2
Edifícios residenciais	5,2
Com um só fogo	1,1
Com dois ou mais fogos	0,8
Alojamento coletivo	3,3
Edifícios não residenciais	14,0
Edifícios de hotelaria e similares e edifícios de restauração e bebidas	6,4
Edifícios da administração, de instituições financeiras, dos correios e de serviços similares	0,8
Edifícios de comércio por grosso e a retalho	0,6
Edifícios e instalações para os transportes e comunicações	0,0
Edifícios industriais e de armazenagem	0,6
Edifícios para fins culturais, recreativos, educativos, de saúde e de ação social	3,3
Outros edifícios não residenciais	2,3
Obras de engenharia civil	80,8
Infraestruturas de transportes (rodoviário, ferroviário, aéreo e marítimo), barragens e sistemas de irrigação	61,7
Autoestradas, estradas, ruas e caminhos	44,4
Caminhos-de-ferro, vias férreas e infraestruturas para o seu funcionamento e metropolitano	0,0
Pistas de aviação e infraestruturas para o seu funcionamento	0,6
Pontes, viadutos e túneis (obras de arte)	13,1
Obras portuárias, canais navegáveis, barragens e sistemas de irrigação	3,5
Condutas, linhas de comunicação e de transporte de energia	4,8
Condutas de longa distância, linhas de comunicação e de transporte de energia	3,3
Condutas e cabos urbanos locais	1,5
Instalações e construções em zonas industriais	0,9
Outras obras de engenharia civil	13,3
Construções para fins desportivos ou recreativos	3,6
Outras obras de engenharia civil n.e.	9,7
Total	100,0

Fonte: INE, Inquérito Anual às Empresas de Construção.

Notas: Inquérito amostral, valores extrapolados.

Os valores apresentados têm por base a sede da empresa e não o local da obra.

Por questões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.

II.38 – Edifícios de Habitação Social segundo o Escalão de Dimensão de Alojamentos – 2015

Unidade: Número

	Escalão de Dimensão de Alojamentos		
	Total	Edifícios com 1 Alojamento	Edifícios com 2 ou mais Alojamentos
Reg. Aut. Madeira	1 642	1 085	557
Calheta	9	2	7
Câmara de Lobos	278	195	83
Funchal	719	350	369
Machico	103	53	50
Ponta do Sol	2	2	0
Porto Moniz	49	49	0
Ribeira Brava	21	19	2
Santa Cruz	362	327	35
Santana	64	54	10
São Vicente	16	16	0
Porto Santo	19	18	1

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social.

II.39 – Fogos de Habitação Social segundo a Tipologia dos Fogos - 2015

Unidade: Número

	Tipologia dos Fogos			
	Total	T0 e T1	T2 e T3	T4 e mais
Reg. Aut. Madeira	5 494	660	4 371	463
Calheta	58	14	39	5
Câmara de Lobos	897	69	603	225
Funchal	3 434	421	2 834	179
Machico	287	19	268	0
Ponta do Sol	2	0	2	0
Porto Moniz	49	5	35	9
Ribeira Brava	21	12	9	0
Santa Cruz	598	105	448	45
Santana	82	0	82	0
São Vicente	16	5	11	0
Porto Santo	50	10	40	0

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social.

II.40 – Fogos de Habitação Social por Edifício, Fogos de Habitação Social por 1 000 Fogos Residenciais e Fogos de Habitação Social por 100 Mil Habitantes – 2015

Unidade: Número

	Fogos de Habitação Social por Edifício	Fogos de Habitação Social por 1 000 Fogos Residenciais	Fogos de Habitação Social por 100 Mil Habitantes
Reg. Aut. Madeira	3	42	2 143
Calheta	6	8	525
Câmara de Lobos	3	66	2 619
Funchal	5	65	3 253
Machico	3	29	1 390
Ponta do Sol	1	0	23
Porto Moniz	1	25	2 027
Ribeira Brava	1	3	167
Santa Cruz	2	29	1 361
Santana	1	17	1 173
São Vicente	1	4	307
Porto Santo	3	11	964

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social; Estimativas do Parque Habitacional e Estimativas Anuais da População Residente.

II.41 – Fogos de Habitação Social Atribuídos segundo as Formas de Atribuição - 2015

Unidade: Número

	Total	Em Regime de Arrendamento	Por Venda
Reg. Aut. Madeira	124	124	0
Calheta	1	1	0
Câmara de Lobos	13	13	0
Funchal	42	42	0
Machico	49	49	0
Ponta do Sol	0	0	0
Porto Moniz	2	2	0
Ribeira Brava	1	1	0
Santa Cruz	9	9	0
Santana	5	5	0
São Vicente	2	2	0
Porto Santo	0	0	0

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social.

II.42 – Edifícios e Fogos de Habitação Social Objeto de Obras de Conservação – 2015

Unidade: Número

	Edifícios		Fogos	
	Nº	%	Nº	%
Reg. Aut. Madeira	71	4,3	363	6,6
Calheta	0	0,0	0	0,0
Câmara de Lobos	6	2,2	47	5,2
Funchal	64	8,9	254	7,4
Machico	0	0,0	16	5,6
Ponta do Sol	0	0,0	0	0,0
Porto Moniz	0	0,0	3	6,1
Ribeira Brava	0	0,0	0	0,0
Santa Cruz	0	0,0	28	4,7
Santana	0	0,0	5	6,1
São Vicente	0	0,0	0	0,0
Porto Santo	1	5,3	10	20,0

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social.

II.43 – Habitação Social – Receitas e Despesas - 2015

Unidade: Euros

	Receitas	Despesas	Receitas Média por Fogo*	Despesa Média por Fogo
Reg. Aut. Madeira	3 317 445	2 187 144	604	398
Calheta	19 621	0	338	0
Câmara de Lobos	542 644	202 240	605	225
Funchal	2 211 734	1 685 784	644	491
Machico	176 919	87 928	616	306
Ponta do Sol	667	0	334	0
Porto Moniz	23 817	17 585	486	359
Ribeira Brava	4 214	0	201	0
Santa Cruz	273 896	154 753	458	259
Santana	31 133	32 826	380	400
São Vicente	6 364	0	398	0
Porto Santo	26 436	6 028	529	121

Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social.

Notas:

As receitas incluem cobrança de rendas e venda de fogos e as despesas incluem obras e encargos fixos (incluindo os seguros, condomínios, consumos de eletricidade e de água e outros encargos fixos).

* Inclui fogos atribuídos por venda.

III – Nota Metodológica e Conceitos

III.1 - Nota Metodológica

Introdução

Neste capítulo, apresenta-se uma breve nota metodológica relativa a cada um dos indicadores difundidos, incluindo uma referência aos principais procedimentos do processo de apuramento.

Estimativas do Parque Habitacional

Trata-se de uma estatística derivada que fornece, em períodos intercensitários, informação relativa às estimativas do número de edifícios clássicos (com pelo menos um fogo) e do número de alojamentos familiares clássicos. A metodologia consiste, basicamente, em adicionar ao parque habitacional recenseado o saldo resultante do edificado e demolido, apurado no inquérito aos projetos de obras de edificação e demolição de edifícios e sua conclusão e utilização. Cada operação censitária permite determinar o erro da estimativa, o qual é distribuído pelos anos do período intercensitário a que respeita.

Nesta publicação é divulgada a série de Estimativas do Parque Habitacional atualizada para os anos de 2011 a 2016, que já se encontra calibrada e ajustada com os resultados definitivos do Recenseamento da Habitação de 2011 (Censos 2011).

Esta série de Estimativas é disponibilizada ao nível de freguesia no Portal de Estatísticas Oficiais do INE.

Ficha Técnica

Tipo de operação	Estatística derivada
Fontes de informação	Recenseamento Geral da Habitação, Inquérito à Conclusão de Obras, Inquérito à Utilização de Obras Concluídas e Inquérito às Alterações de Utilização dos Edifícios.
Representatividade territorial	Portugal
Periodicidade de apuramento	Anual
Níveis de estratificação	Município
Variável de difusão	Número de edifícios de habitação familiar clássica; número de alojamentos familiares clássicos.
Série disponível	1991- 2016

Estatísticas do Licenciamento e Conclusão de Obras

Conjunto de inquéritos que visam produzir dados relativos aos projetos de construção de edifícios, designadamente quanto ao titular, tipo de obra, uso a que se destina, data de licenciamento, bem como a quantificação de elementos de caracterização física (área e volume de construção, número de pisos, cêrcea, número de fogos, tipologia dos fogos, etc.) e data de conclusão.

Ficha Técnica

Tipo de operação	Estatística derivada
Fontes de informação	Licença, autorização, comunicação prévia e informação prévio de projetos de obras de edificação e demolição. Licença de utilização.
Unidade inquirida	Câmaras Municipais
Representatividade territorial	Portugal
Periodicidade de apuramento	Mensal – licenciamento de obras. Trimestral – conclusão de obras.
Níveis de estratificação	Município Freguesia (a partir de 2001)
Variável de difusão	Edifícios e fogos licenciados, número e caracterização física. Edifícios e fogos concluídos, número e caracterização física.
Série disponível	1994 – 2016

Estimativas das Obras Concluídas

Com a introdução do Sistema de Indicadores das Operações Urbanísticas (SIOU) em 2002, tendo por base a regulação do conjunto de operações urbanísticas sujeito a procedimentos de controlo administrativo, pretendeu-se melhorar a fiabilidade da informação assente em indicadores e obter atempadamente das Câmaras Municipais a informação referente à Conclusão de Obras, à semelhança do que acontece no Licenciamento de Obras. Contudo, na prática, tal não se verificou e a informação relativa à conclusão de obras é obtida maioritariamente por inquéritos dirigidos aos seus promotores. Este método de recolha origina atrasos substanciais na obtenção da informação, tendo como consequência que os dados definitivos anuais exibissem desvios muito significativos em relação aos dados provisórios que são trimestralmente divulgados. Por conseguinte, tornou-se necessário repensar a forma de estimar estes resultados, tendo-se desenvolvido para este efeito uma

metodologia que permite uma divulgação trimestral através de informação assente numa lógica de estimação sujeita aos menores desvios possíveis, que consiste na estimação do prazo efetivo de conclusão de uma obra a partir do seu prazo previsto (ou seja, o prazo que decorre entre a autorização de construção e a conclusão efetiva da obra, e que é obtido na licença), com base num modelo de regressão linear, segundo os diferentes tipos e fins a que se destina a edificação.

Ficha Técnica

Tipo de operação	Estatística derivada
Fontes de informação	Inquérito à conclusão de obras, Inquérito à utilização de obras concluídas e Inquérito aos projetos de obras de edificação e demolição de edifícios.
Representatividade territorial	Portugal
Periodicidade de apuramento	Trimestral
Níveis de estratificação	Freguesia
Variável de difusão	Edifícios e fogos concluídos, número e caracterização física.
Série disponível	2015 – 2016

Operações sobre Imóveis

Informação de carácter administrativo proveniente da Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça, compilada através das Conservatórias do Registo Predial, relacionada com os Contratos de Compra e Venda de Imóveis e Contratos de Mútuo com Hipoteca Voluntária (prédios hipotecados e crédito hipotecário concedido).

Ficha Técnica

Tipo de operação	Ato administrativo decorrente de registo nas Conservatórias do Registo Predial
Fontes de informação	Registo nas Conservatórias do Registo Predial.
Unidade inquirida	Contrato
Representatividade territorial	Portugal
Periodicidade de apuramento	Anual (com desagregação mensal)
Níveis de estratificação	Município
Variável de difusão	Número e valor dos contratos, por tipo de prédios. Crédito hipotecário concedido (contratos de mútuo com hipoteca voluntária), segundo a natureza dos intervenientes.
Série disponível	1994 - 2015

Inquérito Anual às Empresas de Construção

O Inquérito Anual às Empresas de Construção tem como principal objetivo a recolha, compilação e divulgação de dados sobre a estrutura das compras de materiais, de equipamentos e de terrenos por parte das empresas de construção, bem como do valor dos trabalhos que realizam em função dos vários tipos de obra.

A informação estatística produzida através do Inquérito Anual às Empresas de Construção permite conhecer a estrutura e evolução do tipo (e respetivo valor) de trabalhos de construção realizados e os fatores de produção utilizados, numa perspetiva nacional ou de repartição regional. A presente estrutura deste inquérito caracteriza-se pela existência de dois modelos de inquirição, definidos por referência à dimensão das empresas.

Ficha Técnica

Tipo de operação	Inquérito amostral: Empresas com menos de 100 pessoas ao serviço e empresas com volume de negócios inferior a 5 000 000 euros; As empresas com mais de 100 pessoas ao serviço e as empresas com volume de negócios superior a 5 000 000 euros são inquiridas de forma exaustiva
Fontes de informação	Direta (informação das empresas)
Unidade inquirida	Empresa
Representatividade territorial	Portugal
Periodicidade de apuramento	Anual
Níveis de estratificação	NUTS II, CAE
Variável de difusão	Valor e estrutura dos trabalhos realizados por tipo de obra. Compras de materiais, de equipamentos e de terrenos.
Série disponível	1996 - 2015

Índice de Preços da Habitação

O Índice de Preços da Habitação (IPHab) tem como principal objetivo medir a evolução dos preços dos alojamentos familiares adquiridos no mercado residencial em Portugal. Para além do índice total, são compilados e divulgados trimestralmente índices para os segmentos dos alojamentos familiares existentes e novos.

O IPHab é compilado através de informação administrativa fiscal anonimizada, enviada pela Autoridade Tributária e Aduaneira ao abrigo de um Protocolo celebrado com o INE, referente ao Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT) e ao Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). O INE agradece a colaboração da Autoridade Tributária e Aduaneira na concretização deste projeto estatístico.

A metodologia de cálculo do IPHab baseia-se na estimação de uma relação funcional entre o logaritmo dos preços de transação dos alojamentos e as suas características (e.g., área, localização), enquadrando-se no âmbito dos modelos probabilísticos de “preços hedónicos”. A estimação é realizada trimestralmente com dados de dois trimestres adjacentes, para o conjunto das transações. Com esta abordagem, é possível controlar as diferenças qualitativas das habitações transacionadas e estimar uma taxa de variação de preços ajustada de efeitos da alteração da qualidade. O IPHab é um índice encadeado com base 100 =2010. A metodologia de encadeamento seguida na compilação do IPHab permite que a estrutura de ponderação seja atualizada anualmente com informação referente ao valor das transações de alojamentos realizadas no ano imediatamente anterior ao ano a que se reporta o índice.

Habitação Nova – Alojamento familiar em construção nova.

Habitação Existente – Alojamento familiar em segunda mão.

Ficha Técnica

Tipo de operação	Estudo estatístico compilado através de informação administrativa fiscal da Autoridade Tributária e Aduaneira
Fontes de informação	Não direta – Administrativa: Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMI) e Imposto sobre Imóveis (IMI).
Unidade inquirida	Não aplicável
Representatividade territorial	Portugal
Periodicidade de apuramento	Trimestral
Níveis de estratificação	País: tipo de alojamento (morádias e apartamentos) e classificação do alojamento (existentes e novos).
Variável de difusão	Número de vendas de alojamentos (total, existentes e novos). Variação média do índice de preços da habitação (total, existentes e novos).
Série disponível	2009 – 2016 (4ºT)

Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação

O Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação tem como principal objetivo apurar indicadores avançados dos preços da habitação. Os valores recolhidos no âmbito deste inquérito denunciam a intenção de aquisição de habitação, sendo contudo anteriores à transação efetiva. Esta operação foi concebida com o objetivo de produzir indicadores baseados em valores de avaliação da habitação, que reflitam, tanto as características qualitativas do produto habitação como o efeito inflação. A informação para este estudo estatístico é fornecida por um conjunto de instituições de crédito a operar em Portugal, consideradas como mais representativas, no mercado de concessão de crédito à habitação. Verifica-se um aproveitamento para fins estatísticos, de informação administrativa recolhida, sobre os alojamentos avaliados por aquelas instituições, nos processos de concessão de crédito. A informação é transmitida pelas instituições de crédito com uma periodicidade mensal, sendo essa também a frequência de divulgação dos resultados pelo INE.

Ficha Técnica

Tipo de operação	Estudo estatístico compilado através de informação administrativa recolhida sobre os alojamentos avaliados pelas instituições de crédito
Fontes de informação	Não direta – Administrativa: alojamentos avaliados pelas instituições de crédito a operar em Portugal, consideradas como mais representativas, no mercado de concessão de crédito à habitação.
Unidade inquirida	Instituições de crédito
Representatividade territorial	Portugal
Periodicidade de apuramento	Mensal
Níveis de estratificação	NUTS III: Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto; Municípios que integram Cidades Médias.
Variável de difusão	Valor médio de avaliação bancária de habitação.
Série disponível	2003 (3ºT) – 2009 (4ºT) e 2008 (setembro) – 2017 (maio)

Inquérito à Caracterização da Habitação Social

Inquérito exaustivo que resulta da colaboração entre o INE e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e tem como principal objetivo a recolha de informação de base para a caracterização do parque habitacional com vocação social em Portugal.

Em 2008, o IHRU lançou uma operação piloto de levantamento do património público com vocação social que constituiu a base conceptual da presente operação estatística.

A informação resultante deste inquérito é relevante para a elaboração de Programas Locais de Habitação e para a gestão do património público de habitação social.

Tendo em conta a informação proveniente do Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas (SIOU), foi possível identificar as entidades que, para além das Câmaras Municipais, são proprietárias e gestoras de construção de património destinado a habitação social em Portugal e que, portanto, serão alvo deste inquérito. Em 2015 as Misericórdias Portuguesas foram incluídas na população-alvo do inquérito, na sequência de levantamento efetuado na edição de 2011, com o apoio da União das Misericórdias Portuguesas.

A operação estatística iniciou-se com 2009 como primeiro ano de referência. Após esta primeira edição, esta operação estatística realizou-se em 2011, 2012 e 2015. Presentemente esta operação estatística não tem uma periodicidade definida.

Ficha Técnica

Tipo de operação	Inquérito exaustivo, que resulta da colaboração entre o INE e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e tem como principal objetivo a recolha de informação de base para a caracterização do parque habitacional com vocação social em Portugal
Fontes de informação	Direta: Câmaras Municipais e outras entidades proprietárias e gestoras de construção de património destinado a habitação social em Portugal
Unidade inquirida	Câmaras Municipais e outras entidades proprietárias e gestoras de construção de património destinado a habitação social em Portugal
Representatividade territorial	Portugal
Periodicidade de apuramento	Não periódico
Níveis de estratificação	Município
Variável de difusão	<ul style="list-style-type: none"> • Caracterização do parque de habitação social - nº e idade dos edifícios, nº e tipologia dos fogos existentes; • Forma de ocupação do parque de habitação social - tipo de ocupação, nº de contratos, nº de fogos atribuídos por tipo de atribuição; • Receitas e despesas do parque de habitação social; • Reabilitação - nº de edifícios e de fogos reabilitados, despesa prevista e gastos efetivos.
Série disponível	2009, 2011, 2012 e 2015

Resultados Publicados

Dadas as grandes potencialidades dos meios de difusão hoje disponíveis, especialmente os eletrónicos, as publicações assumem um carácter orientador e de apoio à consulta e utilização da informação. Para obtenção de informação adicional sobre cada um dos indicadores integrados nesta publicação, recomenda-se a consulta do Portal de Estatísticas Oficiais do INE - Instituto Nacional de Estatística, em www.ine.pt ou da DREM - Direção Regional de Estatística da Madeira, <http://estatistica.madeira.gov.pt>.

Política de Revisões do SIOU

O estabelecimento de uma Política de Revisões tem por objetivo definir as linhas orientadoras e os princípios que devem ser tidos em conta na revisão de resultados já divulgados.

A necessidade de proceder a revisões reflete, muitas vezes, o compromisso que se pretende estabelecer entre, por um lado, produzir informação estatística o mais atual possível e, por outro, garantir padrões elevados de precisão e rigor.

A introdução de melhorias metodológicas e a atualização de convenções estatísticas, implicam, por vezes, alterações significativas que vêm a ter impacto na informação anteriormente divulgada, dando lugar também a revisões. Da mesma forma a deteção de erros fortuitos, associados a incorreções na apropriação de fontes de informação ou no tratamento de dados, pode dar origem à revisão de resultados já divulgados.

As revisões são, assim, um procedimento inerente ao processo de produção e divulgação de estatísticas oficiais.

Decorrente da recente reestruturação implementada no SIOU – Sistema de Indicadores de Operações Urbanísticas, que resultou em alterações tanto nos métodos de recolha da informação como nas variáveis recolhidas, entendeu-se ser este o momento ideal para definir os procedimentos a ter em conta na divulgação de resultados e na definição de uma Política de Revisões a aplicar especificamente a esta Operação Estatística.

Um dos fatores determinantes para a definição de uma Política de Revisões (e respetiva calendarização) para o SIOU é a divulgação dos resultados definitivos de uma nova operação censitária no que respeita à Habitação (Censos da Habitação), tendo em conta que essa informação é primordial para a calibragem dos dados das Obras Concluídas, no sentido de garantir uma aderência dos dados de fluxo (SIOU) com o stock da habitação (Censos). De igual modo as Estimativas do Parque Habitacional (que usam as duas fontes mencionadas) são calibradas com base na informação dos Censos, para garantir essa coerência.

Deste modo, tendo em conta a divulgação dos resultados definitivos dos Censos 2011 bem como o processo de reestruturação do SIOU que ocorreu em 2013, dá-se início, com a divulgação desta Publicação, à aplicação de uma nova Política de Revisões ao SIOU, que assenta nos seguintes princípios e calendário:

Licenciamento de obras:

A informação será revista anualmente nos períodos intercensitários e em cada ano os dados mensais recolhidos junto das Câmaras Municipais são alvo de sucessivas revisões mensais, que culminarão com a divulgação dos resultados anuais em N+7 meses.

Com a divulgação dos resultados definitivos dos Censos da Habitação, a década censitária é revista e considerada definitiva.

Com a divulgação dos dados definitivos dos Censos 2011:

- Foram revistos e considerados como definitivos os dados de 2001 a 2010, tendo em conta que se realizaram os Censos da Habitação em 2011;
- Os anos anteriores a 2001 já estão considerados como definitivos.

Informação a disponibilizar com esta Publicação:

- A revisão dos dados mensais do licenciamento de 2016 (à semelhança do que irá acontecer para os anos vindouros), tem sido efetuada mensalmente, pelo que nesta publicação são divulgados os resultados anuais provisórios de 2016;
- De igual modo são revistos nesta Publicação os resultados anuais provisórios de 2011 a 2015. Com a preparação dos dados anuais (a divulgar em julho de cada ano) são revistos os dados anuais a partir de 2011. Só com a divulgação dos resultados definitivos de uma nova operação censitária (prevista para 2021) os dados de 2011 a 2021 serão revistos e considerados definitivos.

Conclusão de Obras:

A informação será revista anualmente nos períodos intercensitários aquando da divulgação da publicação anual (ano N+7 meses).

Com a divulgação dos resultados definitivos dos Censos da Habitação, a década censitária é revista e considerada definitiva, Nas divulgações trimestrais não se efetuam revisões aos dados, que apenas são revistos com a divulgação da publicação anual. As divulgações trimestrais têm por base as estimativas para os anos N, N-1 e N-2.

Aquando da divulgação da publicação anual (ano N+7 meses), os anos N e N-1 são revistos e mantém-se a divulgação de resultados com base nas Estimativas das Obras Concluídas. Os anos anteriores são revistos tendo por base a informação recolhida (dados declarados) junto das Câmaras Municipais e dos Proprietários das Obras.

Com a divulgação dos dados definitivos dos Censos 2011:

Foi efetuada a revisão e fecho dos anos anteriores a 2011. Foram revistos e considerados como definitivos os dados de 2001 a 2010, em resultado da calibragem com os dados dos Censos 2011;

Os anos anteriores a 2001 já eram considerados como definitivos.

Reformulação do SIOU

Em 2013, o SIOU foi alvo de uma reestruturação significativa, ao nível dos conteúdos, dos procedimentos e das funcionalidades, de entre os quais se destacam a recolha de informação sobre coordenadas de localização geográfica dos novos edifícios licenciados, concluídos e demolidos, assim como a identificação e caracterização dos fogos (novos ou intervencionados), para efeitos de atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos e da Base Geográfica de Edifícios do INE.

Foram também introduzidas alterações nos conceitos estatísticos relativos à Construção e Habitação, em consonância com o Decreto Regulamentar N.º 9/2009. De entre as novas necessidades de informação destacam-se:

- A recolha de informação sobre a classificação energética dos novos edifícios construídos;
- A atualização do campo de morada (harmonizada de acordo com as premissas definidas no âmbito do projeto EURADIN – *European Addresses Infrastructure* – projeto da União Europeia que tem como objetivo a definição de melhores práticas com vista à implementação de endereços harmonizados ao nível europeu) e a recolha das coordenadas de georreferenciação dos novos edifícios licenciados e dos edifícios demolidos, com o intuito de proceder à atualização da Base Geográfica de Edifícios (BGE), que foi construída pelo INE com a recolha da informação dos Censos 2011;
- A recolha de informação sobre a identificação e caracterização dos novos fogos ou fogos intervencionados, para efeitos de atualização do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA) do INE.

Até 2012 as operações estatísticas (OE) às famílias, efetuadas pelo INE, tinham como base de amostragem uma amostra de elevada dimensão formada por unidades de alojamento designada por “Amostra-Mãe” (AM). A AM era selecionada após a realização de cada Recenseamento da População e Habitação (Censos) e mantida ao longo de uma década, sendo atualizada com base nas OE correntes ou através de trabalho de campo específico.

A realização dos Censos 2011, a georreferenciação dos edifícios, o acesso a diferentes fontes administrativas (com diferentes atributos, campos-chave e desenhos de registo), e o projeto EURADIN constituíram, no seu conjunto, uma oportunidade para a mudança de estratégia na definição das bases de amostragem das OE dirigidas às famílias. A nova estratégia consiste na constituição de um Ficheiro Nacional de Alojamentos, criado a partir dos microdados dos Censos 2011, sendo atualizado com base em diferentes fontes, a partir do qual o INE constitui um Universo de Referência donde são extraídas diferentes Bases de Amostragem. O FNA é assim constituído pela totalidade dos alojamentos familiares e respetivos edifícios e tem como objetivo principal servir de suporte à realização das OE dirigidas às famílias. A atualização do FNA constitui a fase subsequente à sua criação e sem a qual não é possível garantir o reforço da qualidade da informação produzida pelo INE. A concretização deste objetivo só é possível mediante a utilização de fontes de informação relevantes, atuais e com qualidade. Com a criação do FNA, considerou-se que o SIOU poderia ser utilizado como uma fonte de atualização relativamente a novas construções e demolições. O aproveitamento desta informação esteve também na origem da reformulação do projeto, tendo-se desencadeado um trabalho significativo no sentido da adaptação do pedido de recolha da informação não só ao nível do edifício mas também do fogo (alojamento).

Deste modo, desde janeiro de 2013 que são recolhidas (também) no SIOU as seguintes variáveis para atualização do FNA:

- Morada de cada um dos edifícios licenciados de acordo com a estrutura do EURADIN;
- Coordenadas geográficas de cada edifício (construções novas e demolições);
- Atributos relativos a cada um dos fogos que constituem o edifício: andar e lado (para obtenção da morada completa do fogo), área e tipologia.

Considerando que o FNA é constituído, no momento da sua criação, pelos dados dos Censos 2011, tornou-se necessário, para efeitos de atualização, receber da parte de todas as Câmaras Municipais os dados do licenciamento (com os novos atributos necessários para efeitos de atualização do FNA) desde março de 2011 (momento censitário – data de referência dos Censos 2011).

Este processo de recuperação da informação sobre coordenadas geográficas e identificação dos fogos através do SIOU (Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e Demolição de Edifícios) está em curso, correspondendo a obras de construção nova para habitação e demolições (no que respeita à recolha de coordenadas e identificação dos fogos) e a obras de alteração, ampliação e reconstrução para habitação (apenas no que respeita à identificação dos fogos).

Quando a recuperação da informação estiver concluída, o INE iniciará um processo de análise da viabilidade de utilização dos dados do SIOU georreferenciados para divulgação no Portal de Estatísticas Oficiais.

Ainda no âmbito do processo de reformulação do SIOU, está também em curso a análise de qualidade da informação recolhida relativa a Operações de Loteamento Urbano, Trabalhos de Remodelação de Terrenos e Alterações de Utilização dos Edifícios, com vista à sua divulgação através de indicadores estatísticos no Portal de Estatísticas Oficiais do INE.

A informação a disponibilizar com esta Publicação:

Os dados de 2013 e 2014, até aqui calculados com base nas Estimativas das Obras Concluídas, foram revistos e substituídos por dados declarados (calibrados com base na informação dos Censos 2011);

Os dados de 2015 e 2016 foram revistos mantendo-se o cálculo com base nas Estimativas das Obras Concluídas.

III.2 – Delimitações Territoriais: Representação Cartográfica

Região Autónoma da Madeira e respetivos Municípios



III.3 – Conceitos e Definições

Alojamento

Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da coletividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Alojamento coletivo

Alojamento que se destina a albergar um grupo numeroso de pessoas ou mais do que uma família, e que no momento de referência está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes.

Alojamento de convivência

Alojamento coletivo que ocupa a totalidade ou parte de uma construção permanente ou de um conjunto de construções permanentes ou de circunstância e que se destina a ser habitado por um grupo numeroso de pessoas submetidas a uma autoridade ou a um regime comum e ligadas por um objetivo ou interesses pessoais comuns.

Alojamento familiar

Alojamento que, normalmente, se destina a alojar apenas uma família e não é totalmente utilizado para outros fins no momento de referência.

Alojamento familiar clássico

Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de caráter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso direto ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

Alojamento familiar ocupado

Alojamento familiar afeto à habitação de uma ou mais famílias de forma habitual ou como residência secundária no momento de referência.

Alojamento familiar ocupado de residência secundária ou com uso sazonal

Alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência habitual.

Alojamento familiar vago

Alojamento familiar desocupado e que está disponível para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência.

Altura do edifício ou cércea

Dimensão vertical medida desde a cota de soleira até ao ponto mais alto do edifício, incluindo a cobertura e demais volumes edificados nela existentes, mas excluindo chaminés e elementos acessórios e decorativos, acrescida da elevação da soleira, quando aplicável.

Área bruta do fogo

Valor correspondente à superfície total do fogo, medida pelo perímetro exterior das paredes exteriores e pelos eixos das paredes separadoras dos fogos, incluindo varandas privativas, locais acessórios e a quota-parte que lhes corresponda nas circulações comuns do edifício.

Área habitável do fogo

Valor correspondente à soma das superfícies das divisões ou dos compartimentos habitáveis do fogo medidos pelo perímetro interior das paredes que limitam cada compartimento e descontando encaixos até 30 cm, paredes interiores, divisórias e condutas.

Área total de construção

Somatório das áreas de construção de todos os edifícios existentes ou previstos numa porção delimitada de território.

Área útil do fogo

Valor correspondente à superfície do fogo (incluindo vestíbulos, circulações interiores, instalações sanitárias, arrumos, outros compartimentos de função similar e armários nas paredes) medido pelo perímetro interior das paredes que o limitam, descontando encaixos até 30 cm, paredes interiores, divisórias e condutas.

Destino da obra

Tipo de utilização dado à edificação tal como habitação, agricultura, comércio, indústria entre outros.

Divisão

Espaço, num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4 m² de área e 2 metros de altura, na sua maior parte. Podendo embora satisfazer as condições definidas, não são considerados como tal: corredores, varandas, marquises, casas de banho, despensas e vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4 m².

Edifício

Construção permanente, dotada de acesso independente, coberta e limitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura e destinada à utilização humana ou a outros fins.

Edifício clássico

Edifício cuja estrutura e materiais empregues tem um carácter não precário e duração esperada de 10 anos pelo menos.

Edifício de habitação em convivência

Edifício em que a maior parte da sua área se destina ou está ocupada por alojamentos em convivência.

Edifício exclusivamente não residencial

Edifício cuja totalidade da área está destinada a fins não habitacionais.

Edifício exclusivamente residencial

Edifício cuja área está afeta na totalidade à habitação e a usos complementares, como estacionamento, arrecadação ou usos sociais.

Edifício principalmente não residencial

Edifício cuja área está afeta na sua maior parte a fins não habitacionais.

Edifício principalmente residencial

Edifício cuja área está afeta na sua maior parte (50 a 99%) à habitação e a usos complementares, como estacionamentos, arrecadação ou usos sociais.

Empresa

Entidade jurídica (pessoa singular ou coletiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e/ou serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afetação dos seus recursos correntes. Uma empresa pode exercer uma ou várias atividades, em um ou em vários locais.

Entidade promotora

Entidade privada ou pública por conta de quem a obra é efetuada.

Fogo

Parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente e constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e por espaços privativos complementares.

Fogos por piso

Quociente entre o número total de fogos e o número total de pisos.

Habitação social

Habitação a custos controlados que se destina a venda ou a arrendamento a agregados familiares de baixos recursos.

Imóvel

Prédio rústico ou urbano e valor que, não sendo imóvel por natureza, é por lei declarado enquanto tal, como os frutos dos prédios, direitos inerentes a prédios e os fundos consolidados.

Índice de fogos concluídos

O índice de fogos concluídos é calculado pelo rácio entre o total de fogos concluídos no ano de referência, face ao total de fogos concluídos no ano de 2000, para cada unidade territorial. No cálculo deste índice são considerados todos os novos fogos concluídos, independentemente do tipo de obra que os origina: construção nova, ampliação ou reconstrução.

Licenças de operações urbanísticas

Autorizações concedidas pelas Câmaras Municipais e anterior à realização de um conjunto de operações urbanísticas, excetuando aquelas cujo proprietário é uma entidade isenta.

Licenciamento de operações urbanísticas

Conjunto de procedimentos administrativos municipais relativos a operações urbanísticas que integram a licença, a comunicação prévia e o parecer prévio.

Número de pisos

Número máximo de pisos sobrepostos de uma edificação.

Obra concluída

Obra que reúne condições físicas para ser habitada ou utilizada, independentemente de ter sido ou não concedida a licença ou autorização de utilização.

Obra de alteração

Obra de que resulte a modificação das características físicas de uma edificação existente ou sua fração, designadamente a respetiva estrutura resistente, o número de fogos ou divisões interiores, ou a natureza e cor dos materiais de revestimento exterior, sem aumento da área de pavimento ou de implantação ou de cêrcea.

Obra de ampliação

Obra de que resulte o aumento da área de pavimento ou de implantação (ampliação horizontal), da cêrcea ou do volume de uma edificação existente (ampliação vertical).

Obra de arte

Designação tradicional das construções, tais como pontes, viadutos, túneis e muros de suporte necessários ao estabelecimento de uma via de comunicação.

Obra de conservação

Obra destinada a manter uma edificação nas condições existentes à data da sua construção, reconstrução, ampliação ou alteração, designadamente as obras de restauro, reparação ou limpeza.

Obra de construção nova

Obra de construção de edificação inteiramente nova.

Obra de demolição

Obra de destruição total ou parcial de uma edificação existente.

Obra de engenharia civil

Obra de construção especializada e estrutura de utilidade pública não classificada em edifícios tal como uma autoestrada, uma estrada, uma estrutura hidráulica ou elétrica, uma pista de aeroporto e uma barragem.

Obra de reconstrução com preservação da fachada

Obra de construção subsequente à demolição de parte de uma edificação existente, preservando a fachada principal com todos os seus elementos não dissonantes e da qual não resulte edificação com cêrcea superior à das edificações confinantes mais elevadas.

Obra de reconstrução sem preservação da fachada

Obra de construção subsequente à demolição de parte de uma edificação existente, da qual resulte a reconstrução da fachada, da cêrcea e do número de pisos.

Piso

Cada um dos planos sobrepostos e cobertos nos quais se divide um edifício e que se destinam a satisfazer exigências funcionais ligadas à sua utilização.

Pessoal ao serviço

Pessoas que no período de referência efetuaram qualquer trabalho remunerado de pelo menos uma hora para o estabelecimento, independentemente do vínculo que tinham.

Prazo de execução efetivo

Período de tempo decorrido e medido em meses, entre a data de início real e a data de conclusão real da obra.

Prazo de execução previsto

Período de tempo, medido em meses, entre as datas previstas de início e conclusão das obras.

Prédio misto

Identificação atribuída a um prédio composto por uma parte rústica e outro urbana, quando nenhuma das partes pode ser classificada como principal.

Prédio rústico

Prédio situado fora de um aglomerado urbano que não seja de classificar como terreno para construção desde que esteja afeto ou, na falta de concreta afetação, tenha como destino normal uma utilização geradora de rendimentos agrícolas, tal como é considerado para efeitos do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e não tendo a afetação indicada, não se encontre construído ou disponha apenas de edifícios ou construções de carácter acessório, sem autonomia económica e de reduzido valor.

Prédio urbano

Prédio que tenha as seguintes características: esteja licenciado ou tenha como destino normal fins habitacionais, comerciais, industriais ou para serviços; seja terreno para construção situado dentro ou fora de um aglomerado urbano, para o qual tenha sido concedida licença ou autorização de operação de loteamento ou de construção e ainda aquele que assim tenha sido declarado no título aquisitivo, excetuando-se, o terreno em que as entidades competentes vedem qualquer daquelas operações, designadamente o localizado em zonas verdes, áreas protegidas ou que, de acordo com os planos municipais de ordenamento do território, esteja afeto a espaços, infraestruturas ou a equipamentos públicos.

Reabilitação urbana

Intervenção integrada, sobre o tecido urbano existente, em que o património urbanístico e imobiliário é mantido, no todo ou em parte substancial, e é modernizado através da realização de obras de remodelação ou beneficiação dos sistemas de infraestruturas urbanas e espaços de utilização coletiva e de obras de reconstrução, alteração, conservação, construção ou ampliação dos edifícios.

Propriedades comerciais

Prédio urbano que consiste num edifício ou numa construção licenciada para fins comerciais, ou que, na falta de licença, tem fins comerciais como destino final.

Superfície habitável média das divisões

Quociente entre a superfície total habitável das construções novas, ampliações e alterações e o número total de divisões nas construções novas, ampliações e alterações. Taxa que traduz a variação entre dois valores anuais (ano t e ano t-1) relativos a uma determinada variável.

Taxa de variação anual

Taxa que traduz a variação entre dois valores anuais (ano t e ano t-1) relativos a uma determinada variável.

Tipologia do Fogo

Classificação atribuída a cada fogo segundo o número de quartos de dormir e para cuja identificação se utiliza o símbolo Tx, sendo que x representa o número de quartos de dormir.

Tipo de obra

Classificação dos trabalhos efetuados em edifícios ou terrenos segundo as seguintes modalidades: construção nova, ampliação, alteração, reconstrução e demolição.

Valor dos trabalhos realizados por tipo de obra

Valor dos trabalhos executados pela empresa, em obra sua ou a seu cargo, incluindo o valor dos trabalhos realizados em regime de subcontratação.

Informação adicional sobre os conceitos referidos encontra-se disponível no *site* de informação *on-line* do Instituto Nacional de Estatística, na área da Metainformação em <http://conceitos.ine.pt>.